



**PROGRAMA OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO  
PO CENTRO**

**2000-2006**

*Referência da Comissão (Nº CCI) 1999 PT 16 1 PO 014  
Objectivo 1 Portugal*

**ANEXO II**

**Relatório de Execução de 2008**



## Índice Geral

Introdução	9
1. Alterações das condições gerais de enquadramento do Programa Operacional	11
1.1. Evolução económica e social nacional	11
1.2. Evolução económica e social da região	12
1.3. Principais políticas com impacte nas condições de enquadramento do programa	14
2. Resultados dos Eixos Prioritários e das Medidas para cada Fundo	17
2.1. Síntese dos indicadores de realização	17
2.2. Execução por Eixo e Medida	19
2.2.1. Eixo I – Execução e principais indicadores de acompanhamento	19
2.2.1.1. Eixo I – Síntese da execução	19
2.2.1.2. Eixo I – Execução por medida	22
2.2.2. Eixo II – Execução e principais indicadores de acompanhamento	33
2.2.2.1. Eixo II – Síntese da execução	33
2.2.2.2. Eixo II – Execução por medida	35
2.2.3. Eixo III – Execução e principais indicadores de acompanhamento	51
2.2.3.1. Eixo III – Síntese da execução	51
2.2.3.2. Eixo III – Execução por medida	54
3. Execução Financeira do Programa Operacional	87
3.1. Execução do Plano de Financiamento	87
3.2. Execução por domínio de intervenção	92
3.3. Despesa certificada, transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários	94
4. Resultados e financiamento dos grandes projectos	97
5. Disposições adoptadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional	99
5.1 Acompanhamento, Controlo interno e sistema de informação	99
5.2 Acções de controlo	102
5.3 Utilização da assistência técnica do Programa	110
5.4 Medidas adoptadas para assegurar a publicidade do Programa	112
5.5 Síntese dos problemas significativos e medidas adoptadas	114
6. Medidas adoptadas para assegurar a compatibilidade das políticas comunitárias e a	117



coordenação de conjunto

6.1. Igualdade de oportunidades	117
6.2. Concorrência – Regime de Ajudas	118
6.3. Respeito pela política agrícola comum.	119
6.4. Mercados Públicos.	120
6.5. Protecção e Melhoria do Ambiente	121



## Índice dos principais Quadros

Quadro 1.1 Principais indicadores económicos, anos de 2007 e 2008	11
Quadro 1.2 Evolução do número de desempregados na Região Centro, 2007-2008	12
Quadro 1.3 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o género, grupo etário e tipo de procura, no período 2007-2008	13
Quadro 1.4 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o tempo de inscrição e habilitações literárias, no período 2007-2008	13
Quadro 1.5 Comércio internacional de bens, saídas e exportações na Região Centro, 2007 e 2008	14
Quadro 2.1 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Eixo, situação a 31-12-2008	17
Quadro 2.2 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Fundo, situação a 31-12-2008	18
Quadro 2.3 Eixo I - Candidaturas aprovadas – situação a 31-12-2008	19
Quadro 2.4 Eixo I – Programação e execução – situação a 31-12-2008	20
Quadro 2.5 Eixo I : Síntese da execução por Medida, situação a 31-12-2008	21
Quadro 2.6 Medida I.1 Programação e execução a 31-12-2008	22
Quadro 2.7 Medida I.1 Indicadores de realização a 31-12-2008	22
Quadro 2.8 Medida I.2 Programação e execução a 31-12-2008	23
Quadro 2.9 Medida I.2 Indicadores de realização a 31-12-2008	23
Quadro 2.10 Medida I.2 – Execução por sector de intervenção (situação a 31-12-2008)	24
Quadro 2.11 Medida I.3 Programação e execução a 31-12-2008	24
Quadro 2.12 Medida I.3 Indicadores de realização a 31-12-2008	25
Quadro 2.13 Medida I.4 Programação e execução a 31-12-2008	25
Quadro 2.14 Medida I.4 Indicadores de realização a 31-12-2008	26
Quadro 2.15 Medida I.5 Programação e execução a 31-12-2008	26
Quadro 2.16 Medida I.5 Indicadores de realização a 31-12-2008	27
Quadro 2.17 Medida I.6 Programação e execução a 31-12-2008	27
Quadro 2.18 Medida I.6 Formandos por modalidade formativa, situação a 31-12-2008	28
Quadro 2.19 Medida I.6 Indicadores de realização a 31-12-2008	28
Quadro 2.20 Medida I.7 Programação e execução a 31-12-2008	29
Quadro 2.21 Medida I.7 Indicadores de realização a 31-12-2008	29
Quadro 2.22 Medida I.8 Programação e execução a 31-12-2008	30
Quadro 2.23 Medida I.8 Indicadores de realização a 31-12-2008	31
Quadro 2.24 Medida I.9 Programação e execução a 31-12-2008	31
Quadro 2.25 Medida I.9 Indicadores de realização a 31-12-2008	31
Quadro 2.26 Medida I.9 – Execução por sector de intervenção	32
Quadro 2.27 Eixo II - Candidaturas aprovadas – situação a 31-12-2008	33



Quadro 2.28 Eixo II – Programação e execução – situação a 31-12-2008	33
Quadro 2.29 Medida II.1 Programação e execução a 31-12-2008	35
Quadro 2.30 Medida II.1 Indicadores de realização a 31-12-2008	36
Quadro 2.31 Medida II.3 Programação e execução a 31-12-2008	37
Quadro 2.32 Medida II.3 – Execução por linha de acção, situação a 31-12-2008	38
Quadro 2.33 Medida II.3 Indicadores de realização a 31-12-2008	38
Quadro 2.34 Medida II.4 Programação e execução a 31-12-2008	39
Quadro 2.35 Medida II.4 Indicadores de realização a 31-12-2008	40
Quadro 2.36 Medida II.4 - Execução financeira por linha de acção, situação a 31-12-2008	41
Quadro 2.37 Medida II.5 Programação e execução a 31-12-2008	42
Quadro 2.38 Medida II.5 Indicadores de realização a 31-12-2008	42
Quadro 2.39 Medida II.6 Programação e execução a 31-12-2008	44
Quadro 2.40 Medida II.6 Indicadores de realização a 31-12-2008	44
Quadro 2.41 Medida II.6 – Execução por linha de acção, situação a 31-12-2008	45
Quadro 2.42 Medida II.7 Execução Financeira 2008 por Acção, Ano de 2008	46
Quadro 2.43 Medida II.7 Programação e execução a 31-12-2008	46
Quadro 2.44 Medida II.7 Indicadores de realização a 31-12-2008	47
Quadro 2.45 Medida II.8 Programação e execução a 31-12-2008	49
Quadro 2.46 Medida II.8 Indicadores de realização a 31-12-2008	49
Quadro 2.47 Eixo III - Candidaturas aprovadas – situação a 31-12-2008	51
Quadro 2.48 Eixo III – Programação e execução – situação a 31-12-2008	52
Quadro 2.49 Medida III.1 Programação e execução a 31-12-2008	54
Quadro 2.50 Medida III.1 Indicadores de realização a 31-12-2008	55
Quadro 2.51 Medida III.2 Programação e execução a 31-12-2008	55
Quadro 2.52 Medida III.2 Indicadores de realização a 31-12-2008	56
Quadro 2.53 Medida III.3 Programação e execução a 31-12-2008	57
Quadro 2.54 Medida III.3 Indicadores de realização a 31-12-2008	57
Quadro 2.55 Medida III.4 Programação e execução a 31-12-2008	58
Quadro 2.56 Medida III.4 Indicadores de realização a 31-12-2008	59
Quadro 2.57 Medida III.5 Programação e execução a 31-12-2008	59
Quadro 2.58 Medida III.5 Indicadores de realização a 31-12-2008	60
Quadro 2.59 Medida III.6 Programação e execução a 31-12-2008	60
Quadro 2.60 Medida III.6 Indicadores de realização a 31-12-2008	61
Quadro 2.61 Medida III.7 Programação e execução a 31-12-2008	62
Quadro 2.62 Medida III.7 Indicadores de realização a 31-12-2008	62
Quadro 2.63 Medida III.8 Programação e execução a 31-12-2008	62
Quadro 2.64 Medida III.8 Indicadores de realização a 31-12-2008	63



Quadro 2.65 Medida III.9 Programação e execução a 31-12-2008	63
Quadro 2.66 Medida III.9 Indicadores de realização a 31-12-2008	64
Quadro 2.67 Medida III.10 Programação e execução a 31-12-2008	64
Quadro 2.68 Medida III.10 Indicadores de realização a 31-12-2008	65
Quadro 2.69 Medida III.11 Programação e execução a 31-12-2008	65
Quadro 2.70 Medida III.11 – Execução por linha de acção, situação a 31-12-2008	66
Quadro 2.71 Medida III.11 Indicadores de realização a 31-12-2008	67
Quadro 2.72 Medida III.12 Programação e execução a 31-12-2008	67
Quadro 2.73 Medida III.12ndicadores de realização a 31-12-2008	68
Quadro 2.74 Medida III.13Programação e execução a 31-12-2008	69
Quadro 2.75 Medida III.13 Indicadores de realização a 31-12-2008	69
Quadro 2.76 Medida III.13 – Execução total por linha de acção, situação a 31-12-2008	70
Quadro 2.77 Medida III.14 Programação e execução a 31-12-2008	71
Quadro 2.78 Medida III.14 – Execução total por linha de acção, situação a 31-12-2008	71
Quadro 2.79 Medida 3.14 - Linha de Acção 1, execução a 31-12-2008	72
Quadro 2.80 Medida III.14 – Linha de Acção1, Indicadores de realização a 31-12-2008	73
Quadro 2.81 Medida 3.14 - Linha de Acção 2, execução a 31-12-2008	74
Quadro 2.82 Medida III.14 – Linha de Acção2, Indicadores de realização a 31-12-2008	75
Quadro 2.83 Medida 3.14 - Linha de Acção 3, execução a 31-12-2008	76
Quadro 2.84 Medida III.14 – Linha de Acção 3, Indicadores de realização a 31-12-2008	77
Quadro 2.85 Medida 3.14 - Linha de Acção 4, execução a 31-12-2008	78
Quadro 2.86 Medida III.14 – Linha de Acção 4, Indicadores de realização a 31-12-2008	79
Quadro 2.87 Medida 3.14 - Linha de Acção 5, execução a 31-12-2008	79
Quadro 2.88Medida III.14 – Linha de Acção 5, Indicadores de realização a 31-12-2008	80
Quadro 2.89Medida 3.14 - Linha de Acção 6, execução a 31-12-2008	81
Quadro 2.90 Medida III.14 – Linha de Acção 6, Indicadores de realização a 31-12-2008	81
Quadro 2.91 Medida 3.14 - Linha de Acção 7, execução a 31-12-2008	82
Quadro 2.92 Medida III.14 – Linha de Acção 7, Indicadores de realização a 31-12-2008	83
Quadro 2.93 Medida 3.14 - Linha de Acção 8, execução a 31-12-2008	84
Quadro 2.94 Medida III.14 – Linha de Acção 8, Indicadores de realização a 31-12-2008	84
Quadro 2.95 Medida III.15 Programação e execução a 31-12-2008	85
Quadro 2.96 Medida III.15 Indicadores de realização a 31-12-2008	85
Quadro 2.97 Medida III.16 Programação e execução a 31-12-2008	86
Quadro 2.98 Medida III.16 Indicadores de realização a 31-12-2008	86
Quadro 3.1 PO Centro - Programação e execução por Fundo – situação a 31-12-2008	87
Quadro 3.2 PO Centro - Programação e execução por Eixo e Fundo, situação a 31-12-2008	88
Quadro 3.3 PO Centro: Síntese da execução por Medida (situação a 31-12-2008)	90



Quadro 3.4 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção, situação a 31-12-2008	92
Quadro 3.5 Despesa Certificada e Pagamentos da CE, situação a 31-12-2008	94
Quadro 3.6 Transferências e Pagamentos, situação a 31-12-2008	94
Quadro 5.1 Número de reuniões da Unidade de Gestão, por Eixo Prioritário - situação a 31-12-2008	99
Quadro 5.2 Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão por Fundo, situação a 31-12-2008	99
Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 31-12-2008	106
Quadro 5.4 Despesa FSE verificada, situação a 31-12-2008	107
Quadro 5.5 Despesa FEOGA verificada, situação a 31-12-2008	108
Quadro 5.6 Despesa IFOP verificada, situação a 31-12-2008	108
Quadro 5.7 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro, situação a 31-12-2008	109
Quadro 5.8 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução a 31-12-2008	110
Quadro 5.9 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa, situação a 31-12-2008	111







## **Introdução**

O Relatório Final do PO Centro integra de forma autónoma o Relatório de 2008 e o de 2009.

Esta secção relativa ao Relatório de 2008 é constituída por 6 capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as principais modificações das condições gerais para a execução do Programa no ano de 2008 em particular, no que respeita à evolução socioeconómica e às alterações das políticas nacionais, sectoriais ou regionais.

O segundo apresenta de forma detalhada os resultados alcançados no final de 2008, especificando a execução financeira e dos principais indicadores de acompanhamento por medida e linha de acção.

O terceiro aborda todas as questões financeiras do Programa ao nível da execução, das transferências de Fundos da Comissão Europeia e dos pagamentos aos beneficiários.

O quarto especifica a situação do grande projecto.

O capítulo quinto centra-se sobre as questões ligadas à gestão e acompanhamento do Programa, enquanto o último capítulo sintetiza as questões do Programa associadas às políticas comunitárias.





## 1. Alterações das condições gerais de enquadramento do Programa Operacional

Neste capítulo do relatório de Execução, serão apresentadas as principais modificações das condições gerais para a execução do Programa no ano de 2008 em particular, no que respeita à evolução socioeconómica e às alterações das políticas nacionais, sectoriais ou regionais.

### 1.1. Evolução económica e social nacional

O ano de 2008 foi marcado por uma desaceleração do crescimento da economia nacional, com o PIB a ter um crescimento nulo, após um crescimento de 1,9% em 2007.

**Quadro 1.1 Principais indicadores económicos, anos de 2007 e 2008**

		2007	2008
PIB	v. h. (%)	1,9	0
Procura Interna	v. h. (%)	1,7	1,6
Consumo das Famílias	v. h. (%)	1,6	1,7
Taxa de Investimento	(%)	23,5	23,5
Exportações	v. h. (%)	7,5	-0,5
Importações	v. h. (%)	5,6	2,1
VAB	v. h. (%)	2,0	0,3
Taxa de desemprego	(%)	8,0	7,6
IPC	v. h. (%)	2,5	2,6
Indicador de confiança dos consumidores	(%)	-35,2	-44,8
Indicador de clima económico	(%)	-1,1	0,3

Fonte: CCDRC, Boletim Trimestral da Região Centro (4º trimestre de 2008)

Esta evolução foi resultado quer da crise financeira internacional e dos seus reflexos sobre a actividade económica mundial, quer das condicionantes internas em matéria de competitividade. As exportações tiveram, aliás, um decréscimo de 0,5% no ano de 2008, enquanto as importações apesar da taxa de crescimento ser inferior à do ano anterior, ainda aumentaram em consonância com o aumento da procura interna desse ano.

O último trimestre de 2008 registou já um decréscimo do PIB nacional (-1,8% em termos homólogos). De facto, a intensificação da crise financeira internacional desde o final do



Verão de 2008 levaram a uma retracção do consumo e do investimento a nível mundial, afectando as exportações e o investimento nas várias economias, incluindo a portuguesa.

A taxa média anual de desemprego de 2008 manteve-se ainda em valores contidos, apesar do seu crescimento no final desse ano.

O indicador de confiança dos consumidores apresentou um valor médio bastante inferior ao do ano anterior, enquanto o indicador de percepção dos agentes económicos quanto ao estado da economia nacional, apesar de positivo na média anual, registou uma quebra acentuada no último período desse ano.

## 1.2. Evolução económica e social da região

A abordagem das alterações do contexto social e económico da região no ano de 2008 sofre de algumas limitações dado que alguns indicadores estatísticos não estão disponíveis para esse ano ou não têm uma desagregação regional que permita isolar a Região Centro, enquanto área de aplicação do Programa, com 78 municípios, já que a NUT II actual abrange o Médio Tejo e o Oeste.

As questões a destacar ao nível regional relacionam-se com o contexto de crise económica e financeira e as suas repercussões sobre o emprego e capacidade exportadora, variáveis que serão analisadas neste ponto.

Em termos de recursos humanos o aspecto mais relevante corresponde ao acréscimo do desemprego. O número de pessoas em situação de desemprego, inscritas nos centros de empregos, registou um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior.

### Quadro 1.2 Evolução do número de desempregados na Região Centro, 2007-2008

Anos	Desempregados Inscritos	Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%)
2007	57.724	
2008	62.739	8,7

Fonte: Delegação Regional Centro do IEFP



Nos quadros seguintes estão identificados os desempregados inscritos nos centros de emprego, em termos de género, tempo de inscrição, habilitações escolares, categoria e níveis etários.

Atendendo às variáveis caracterizadas, é notório o elevado crescimento face ao ano anterior do desemprego masculino, dos adultos e das pessoas à procura de novo emprego. A crise económica com a destruição de alguns dos sectores produtivos contribui para esta evolução na estrutura do desemprego.

**Quadro 1.3 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o género, grupo etário e tipo de procura, no período 2007-2008**

Anos	Total Desempregados		Género		Grupo etário		Tipo de Procura	
	Nº	Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%)	H	M	Jovens	Adultos	1º Emprego	Novo Emprego
2007	57.724		21.795	35.929	9.223	48.501	7.949	49.775
2008	62.739	8,7	26.053	36.686	9.754	52.985	7.112	55.627

Fonte: Delegação Regional Centro do IEFP

Os desempregados há menos de um ano, cresceram significativamente, passando a representar 68% do total dos desempregados, aspecto relacionado com o acréscimo do desemprego durante o ano de 2008.

**Quadro 1.4 Caracterização dos desempregados na Região Centro de acordo com o tempo de inscrição e habilitações literárias, no período 2007-2008**

Anos	Tempo de inscrição		Habilitações escolares			
	<1 ano	> 1 ano	<6 anos	6-9 anos	11-12 anos	médio/superior
2007	37.210	20.514	19.806	19.959	9.541	8.418
2008	42.893	19.846	20.796	23.288	10.892	7.763

Fonte: Delegação Regional Centro do IEFP

Tal como no país o decréscimo do volume do comércio internacional, no que respeita às saídas de bens da Região Centro caracterizou o ano de 2008.



As saídas intra-comunitárias registaram uma quebra de 10,2%, enquanto as saídas para outros países registaram um acréscimo de 17,3%, relacionado com a procura de diversificação dos destinos das exportações.

**Quadro 1.5 Comércio internacional de bens, saídas e exportações na Região Centro, 2007 e 2008**

		2007 (Média trimestral)	2008 (Média trimestral)
Saídas e exportações			
Total	Milhões euros	1.775,30	1.714,60
	v.h. real (%)		-5,70
Intra-comunitárias	Milhões euros	1.481,6	1.361,7
	v.h. real (%)		-10,2
Extra-comunitárias	Milhões euros	293,7	352,9
	v.h. real (%)		17,3

### 1.3. Principais políticas com impacte nas condições de enquadramento do programa

O quadro das políticas públicas com impacte ao nível da execução do programa, manteve-se, em termos gerais, estável durante o ano de 2008, podendo, no entanto, referir-se algumas questões condicionantes da sua actividade:

- Num programa cujos beneficiários são, na sua maioria, entidades públicas, a implementação de uma política orçamental restritiva afectou a capacidade de financiamento da contrapartida nacional dos projectos financiados pelos Fundos Estruturais. No caso do programa Operacional Centro, esta dificuldade foi particularmente sentida nos projectos com financiamento do FEOGA, levando à necessidade de reabrir candidaturas e aprovar novos projectos em acções dirigidas aos municípios, “Caminhos rurais”, e que não dependem do Orçamento do Ministério da Agricultura. A reabertura deste tipo de candidaturas foi possibilitada pela Portaria nº 714/2008, de 31 de Julho.



- Outro aspecto a realçar relaciona-se com a alteração da data limite da elegibilidade das despesas para 30 de Junho de 2009, processo iniciado em finais de 2008 e que veio a ser concretizado com a Decisão n.º C(2009) 1116 de 18/2/2009. Esta possibilidade veio a ser utilizada para os projectos com financiamento FEOGA já que nos restantes Fundos a despesa elegível foi efectuada por parte dos beneficiários/destinatários das ajudas até final do ano de 2008. A despesa imputada aos anos de 2009, nesses três Fundos (FEDER, FSE e EFOP) relaciona-se com o pagamento de ajudas efectuada em 2009 e questões de limitação de registo em sistemas de informação.
- No que respeita à transição dos órgãos e estruturas de gestão para o QREN, há a referir que, com a publicação do Despacho n.º 14441/2008 do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em 26 de Maio, as atribuições, direitos e obrigações da autoridade de gestão do PO foram assumidas pela Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro do QREN. Assim a Comissão Directiva do Mais Centro 2007-2013, assumiu a responsabilidade pela gestão e inerente encerramento do QCA III, ficando igualmente salvaguardada a manutenção das estruturas de apoio de cada um dos eixos prioritários de modo a suportar as tarefas necessárias de gestão e controlo. De referir que a estrutura de apoio técnico do QCA III, transitou maioritariamente para o secretariado técnico do Mais Centro, o que apesar do acumular de funções, permitiu uma continuidade de tarefas e uma maior capacidade no acompanhamento do processo de encerramento.







## 2. Execução dos Eixos Prioritários e das Medidas

### 2.1. Síntese dos indicadores de realização

Nos pontos seguintes é apresentada a situação dos principais **indicadores de acompanhamento de cada medida e linha de acção**, com a indicação da quantidade realizada no final de 2007 e final de 2008.

Como a execução das diversas medidas, por parte dos beneficiários finais e destinatários das ajudas, terminou no final de 2008, com excepção das medidas com comparticipação FEOGA, o grau de realização não difere em muito do apresentado no corpo principal do Relatório final.

Sintetizando a informação por Eixo e Fundo podemos concluir que:

- Em cerca de 80% dos indicadores a realização ficou acima dos 75% da meta programada;
- O Eixo I foi o que atingiu na generalidade das medidas as metas previstas ou as ultrapassou;
- No Eixo II, devido ao peso do número de indicadores do FEOGA e ao fraco nível de execução face às metas programadas na respectiva medida, o comportamento global foi menos positivo, com 35% dos indicadores a não atingirem em 75% as metas programadas;
- No Eixo III, a situação é intermédia, com 85% dos indicadores a atingirem pelo menos 75% da meta prevista.

**Quadro 2.1 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Eixo, situação a 31-12-2008**

Eixo	Nº de Indicadores de acordo com a % de realização				
	Total	<75%	75%-100%	100%-125%	>125%
Eixo I	26	1	1	19	5
Eixo II	60	21	10	9	20
Eixo III	97	15	19	40	23
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>37</b>	<b>30</b>	<b>68</b>	<b>48</b>



- As medidas com intervenção do FEOGA, no Eixo III e particularmente no Eixo II, foram as que tiveram um comportamento menos favorável, face às metas previstas;
- As medidas com intervenção do FSE e IFOP, ficaram, na maioria dos casos, acima das metas programadas;
- As medidas com intervenção do FEDER em muitos casos, em particular no Eixo II, ultrapassaram largamente as metas previstas.

**Quadro 2.2 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Fundo, situação a 31-12-2008**

Fundo	Nº de Indicadores de acordo com a % de realização				
	Total	<75%	75%-100%	100%-125%	>125%
FEDER	103	12	10	47	34
FSE	12	1	1	3	7
FEOGA	65	24	19	17	5
IFOP	3	0	0	1	2
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>37</b>	<b>30</b>	<b>68</b>	<b>48</b>



## 2.2. Execução por Eixo e Medida

### 2.2.1. Eixo I – Execução e principais indicadores de acompanhamento

#### 2.2.1.1. Eixo I – Síntese da execução

Até ao final de 2008 foram realizadas 55 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo I, nas suas diferentes secções, e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido apreciadas 2.383 candidaturas. Das candidaturas aprovadas e que contribuíram para a execução do Programa, num total de 2.229, 35 projectos da medida I.1 foram aprovadas durante o ano de 2008.

**Quadro 2.3 Eixo I - Candidaturas aprovadas – situação a 31-12-2008**

Medida	Aprovados até final 2008(*)	Aprovados em 2008 (*)
I.1	662	35
I.2	270	
I.3	120	
I.4	91	
I.5	127	
I.6	628	
I.7	34	
I.8	169	
I.9	128	
<b>TOTAL</b>	<b>2.229</b>	<b>36</b>

(\*) – Exclui os projectos com desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

A execução global do Eixo I a 31-12-2008 atingiu, em termos de fundo, 101,6% da sua dotação, devido ao contributo das medidas com comparticipação FEDER, já que a Medida 1.6, com comparticipação do FSE ficou um pouco abaixo da sua dotação.

Os montantes executados durante o ano de 2008 foram significativos. Em termos relativos é de realçar o esforço de execução da Medida 1.6 (FSE), que passou duma realização de 77,8% da sua dotação, no final de 2007, para os 96,4% no final de 2008.

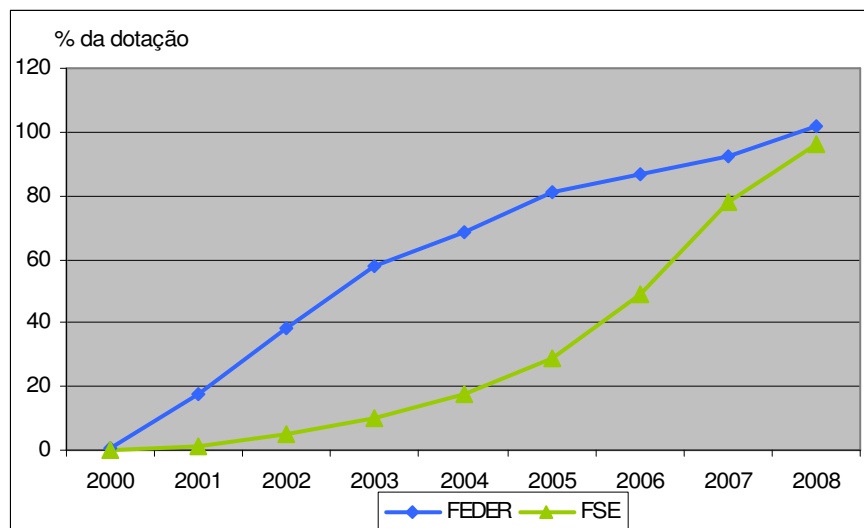


**Quadro 2.4 Eixo I – Programação e execução – situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2007	816.517.342	816.517.342	573.189.667	797.045.664	797.045.664	530.531.530	92,6
	2008				85.783.668	85.783.668	52.812.319	
	<b>2000-2008</b>	<b>816.517.342</b>	<b>816.517.342</b>	<b>573.189.667</b>	<b>882.829.333</b>	<b>882.829.333</b>	<b>583.343.849</b>	<b>101,8</b>
FSE	2000-2007	30.642.831	30.642.831	22.982.184	23.989.623	23.851.874	17.888.906	77,8
	2008				5.728.691	5.694.657	4.270.993	
	<b>2000-2008</b>	<b>30.642.831</b>	<b>30.642.831</b>	<b>22.982.184</b>	<b>29.718.314</b>	<b>29.546.531</b>	<b>22.159.899</b>	<b>96,4</b>
<b>Total Eixo I</b>	2000-2007	847.160.173	847.160.173	596.171.851	821.035.288	820.897.539	548.420.436	92,0
	2008				91.512.359	91.478.325	57.083.312	
	<b>2000-2008</b>	<b>847.160.173</b>	<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>912.547.647</b>	<b>912.375.864</b>	<b>605.503.747</b>	<b>101,6</b>

A execução ao longo do período de programação foi distinta, consoante o Fundo envolvido. Cerca de 80% da dotação global FEDER do Eixo, já se encontrava executado no final de 2005, enquanto no FSE a execução foi concentrada no último período de programação.

**Eixo I- Evolução da execução em cada um dos fundos – situação a 31-12-2008**

O desempenho de cada uma das Medidas do Eixo I, é relativamente distinta, sendo de relevar os níveis alcançados pela Medidas, I.1, onde foi atingido um nível de execução, relativamente ao programado, superior a 113%. Na situação contrária, a medida 1.5 registou uma execução abaixo da dotação, atingindo 73% do valor programado.

**Quadro 2.5 Eixo I : Síntese da execução por Medida, situação a 31-12-2008**

Unidade: euros

<b>Medida</b>	<b>Nº Projectos</b>	<b>Programado 2000-2006</b>	<b>Execução 2000-2008</b>	<b>Exec/Prog (%)</b>
Medida I.1	662	198.168.635	224.756.139	113,4
Medida I.2	270	121.651.648	119.907.030	98,6
Medida I.3	120	87.588.911	85.216.830	97,3
Medida I.4	91	49.562.908	46.733.357	94,3
Medida I.5	127	26.675.448	19.427.797	72,8
Medida I.6	628	22.982.184	22.159.899	96,4
Medida I.7	34	53.922.973	53.725.198	99,6
Medida I.8	169	4.619.144	3.649.308	79,0
Medida I.9	128	31.000.000	29.928.190	96,5
<b>Total</b>	<b>2.229</b>	<b>596.171.851</b>	<b>605.503.747</b>	<b>101,6</b>



**2.2.1.2. Eixo I – Execução por medida****Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais**

Em 31-12-2007 estavam aprovados 627 projectos na Medida I.1 apresentando a medida uma taxa de execução de 97.3%.

Durante o ano de 2008 foram aprovados mais 35 projectos em “overbooking”, apenas para garantir a plena execução do Programa.

A execução financeira do ano de 2008 foi da ordem dos 58.7 milhões de euros de despesa pública, atingindo no final uma taxa de execução/programação de 113,4%, em termos de fundo.

**Quadro 2.6 Medida I.1 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	304.874.821	304.874.821	198.168.635	296.712.934	296.712.934	188.568.251	95,2
2008				58.733.606	58.733.606	36.187.888	
<b>2000-2008</b>	<b>304.874.821</b>	<b>304.874.821</b>	<b>198.168.635</b>	<b>355.446.539</b>	<b>355.446.539</b>	<b>224.756.139</b>	<b>113,4</b>

Os indicadores físicos que traduzem o desempenho da Medida I.1 são necessariamente diversificados. Os projectos apoiados orientam-se para quatro áreas fundamentais: beneficiar e remodelar a rede viária municipal, tendo sido intervencionados em 1. 110 Km dos 950 Km previstos; a construção de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, tendo sido apoiados 143 dos 115 programados; infra-estruturas de apoio à actividade económica, tendo sido realizadas 36 das 35 previstas; e finalmente, a reabilitação de alguns espaços urbanos, estando concluídas 44 das 40 iniciativas previstas.

**Quadro 2.7 Medida I.1 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Infra-estruturas de saneamento básico: redes de abastecimento de água	km	1900	113	221	115	192,2
Infra-estruturas de apoio à actividade produtiva	n.º	24	36	36	35	102,9
Infra-estruturas de transporte: Rede viária	km	1200	1003	1110	950	116,8
Intervenções de reabilitação urbana	n.º	27	44	44	40	110,0
Equipamentos desportivos, culturais e de lazer	n.º	80	143	143	115	124,3



**Medida I.2 – Ambiente e recursos naturais**

Nesta Medida foram apoiados 270 projectos que representam uma despesa pública realizada de 161.1 milhões de Euros. No final de 2007 esta Medida apresentava já uma execução de 97.1%.

Durante o ano de 2008 apenas se procedeu ao encerramento dos projectos em aberto, sendo a execução na ordem dos 2.5 milhões de euros de despesa pública e encerrando a Medida com uma taxa de execução/programação de 98.6% em termos de fundo.

**Quadro 2.8 Medida I.2 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	162.202.254	162.202.254	121.651.648	158.567.638	158.567.638	118.140.937	97,1
2008				2.537.693	2.537.693	1.766.093	
<b>2000-2008</b>	<b>162.202.254</b>	<b>162.202.254</b>	<b>121.651.648</b>	<b>161.105.331</b>	<b>161.105.331</b>	<b>119.907.030</b>	<b>98,6</b>

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que correspondem predominantemente à execução de infra-estruturas em “baixa”, fundamentalmente, redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais, tendo sido construídos ou remodelados 1.491 Km de rede de drenagem de águas residuais e 1.251 Km de rede de abastecimento de água, valores ligeiramente superiores às metas previstas. Em complemento a esta medida, foram construídos/remodelados mais 702 Km de rede de drenagem de águas residuais e 286 Km de rede de abastecimento de água, na medida 1.9.

**Quadro 2.9 Medida I.2 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Selagem de lixeiras	n.º	16	3	3	3	100,0
Rede de drenagem e tratamento de águas residuais: ETAR's	n.º	53	32	34	32	106,3
Rede de drenagem e tratamento de águas residuais construída/remodelada	km	1300	1466	1491	1434	104,0
Rede de abastecimento de água	Km	50	1246,82	1251	1129	110,8
Abastecimento de água (Reservatórios: construção/ampliação)	n.º	64	74	76	67	113,4



O objectivo principal desta Medida é apoiar a execução de redes de drenagem de águas residuais e redes de abastecimento de água, complementares dos sistemas multimunicipais existentes na Região, bem como pequenos sistemas para servir aglomerados de pequena dimensão.

O sector apoiado nesta medida é o ambiente, com uma despesa pública realizada de 31.9 milhões de Euros na vertente abastecimento de água, 120.6 milhões de Euros em águas residuais e 8.3 milhões de Euros em resíduos sólidos urbanos.

#### Quadro 2.10 Medida I.2 – Execução por sector de intervenção (situação a 31-12-2008)

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
AMBIENTE - águas residuais	120.601.553	74,9	89.545.945
AMBIENTE - abastecimento de água	31.888.956	19,8	23.899.967
AMBIENTE - resíduos sólidos	8.354.924	5,2	6.266.193
AMBIENTE - protecção ambiental	259.897	0,2	194.923
<b>TOTAL</b>	<b>161.105.331</b>	<b>100,0</b>	<b>119.907.030</b>

#### Medida I.3 – Acessibilidades

Nesta Medida foram apoiados 120 projectos que representam uma despesa pública realizada de 117,1 milhões de Euros.

Durante o ano de 2008 procedeu-se ao encerramento dos projectos em aberto, sendo na ordem dos 3.1 milhões de euros a despesa pública executada e encerrando a Medida com uma taxa de execução/programação de 97.3% em termos de fundo.

#### Quadro 2.11 Medida I.3 Programação e execução a 31-12-2008

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	116.785.215	116.785.215	87.588.911	113.957.022	113.957.022	83.099.557	94,9
2008				3.100.961	3.100.961	2.117.273	
<b>2000-2008</b>	<b>116.785.215</b>	<b>116.785.215</b>	<b>87.588.911</b>	<b>117.057.983</b>	<b>117.057.983</b>	<b>85.216.830</b>	<b>97,3</b>





Os indicadores físicos reflectem os objectivos preconizados para a medida 1.3: construção de circulares aos centros urbanos, construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva. No primeiro caso foram construídos 22 Km de vias circulares aos centros urbanos e, no segundo, foram intervencionados 653 Km de rede viária.

**Quadro 2.12 Medida I.3 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Variantes urbanas	km	21	22	22	22	100,0
Estradas	km	1200	636	653	635	102,8

**Medida I.4- Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento**

Nesta Medida foram apoiados 91 projectos que representam uma despesa pública realizada de 70.2 milhões de Euros.

Durante o ano de 2008 procedeu-se ao encerramento dos projectos em aberto, sendo a despesa pública executada, apenas, 4.6 milhões de euros e encerrando a Medida com uma taxa de execução/programação de 94.3% em termos de fundo.

**Quadro 2.13 Medida I.4 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	67.712.293	67.712.293	49.562.908	65.663.964	65.663.964	44.213.915	89,2
2008				4.569.046	4.569.046	2.519.442	
<b>2000-2008</b>	<b>67.712.293</b>	<b>67.712.293</b>	<b>49.562.908</b>	<b>70.233.010</b>	<b>70.233.010</b>	<b>46.733.357</b>	<b>94,3</b>

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que são, fundamentalmente, arranjos urbanísticos, com os quais se pretende recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico, bem como recuperar edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial. A execução esteve próxima dos valores previstos.



**Quadro 2.14 Medida I.4 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Arranjos urbanísticos	n.º	19	63	73	65	112,3
Recuperação de edifícios e monumentos	n.º	7	9	9	10	90,0

### **Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas**

Até final de 2008 foram apoiados 127 projectos que envolvem um investimento total realizado de 29,5 milhões de Euros e 19,4 milhões de euros de fundo, correspondendo a 66,6% do total programado para a Medida.

Para esta baixa execução contribui a fraca adesão a esta tipologia de acções e algumas quebras de execução resultantes de encerramento abaixo dos valores comprometidos.

**Quadro 2.15 Medida I.5 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc/Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	40.417.257	40.417.257	26.675.448	26.743.632	26.743.632	17.629.250	66,1
2008				2.781.134	2.781.134	1.798.547	
<b>2000-2008</b>	<b>40.417.257</b>	<b>40.417.257</b>	<b>26.675.448</b>	<b>29.524.766</b>	<b>29.524.766</b>	<b>19.427.797</b>	<b>72,8</b>

Os projectos concentram-se na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos” e à “dinamização de redes e acções de cooperação inter-regional”. Em qualquer dos indicadores programados as metas foram, ligeiramente, ultrapassadas.



**Quadro 2.16 Medida I.5 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Reforço da eficácia das políticas públicas	n.º	0	4	9	8	112,5
Reforço das estruturas organizativas de apoio à actividade económica	n.º	0	15	19	18	105,6
Dinamização de redes e de acções de cooperação interregional	n.º	0	63	84	70	120,0
Acções inovadoras de promoção e valorização de recursos	n.º	0	305	305	300	101,7

**Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos**

Esta Medida procurou reforçar as qualificações profissionais dos funcionários e agentes da Administração Local de modo a permitir respostas eficientes e com maior qualidade aos novos desafios que foram sendo colocados, em áreas como a solidariedade social, a cultura, a educação, o desporto, a economia e o ambiente, que surgiram na sequência da progressiva transferência de atribuições e competências da Administração Central para a Local.

Até final de 2008 foram apoiados 628 projectos, todos em data anterior a 31-12-2007, que concorreram para uma execução na ordem dos 96,4% do Fundo programado.

Durante o ano de 2008 procedeu-se ao encerramento dos projectos em aberto, sendo na ordem dos 5,7 milhões de euros a despesa pública validada.

**Quadro 2.17 Medida I.6 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	30.642.831	30.642.831	22.982.184	23.989.623	23.851.874	17.888.906	77,8
2008				5.728.691	5.694.657	4.270.993	
<b>2000-2008</b>	<b>30.642.831</b>	<b>30.642.831</b>	<b>22.982.184</b>	<b>29.718.314</b>	<b>29.546.531</b>	<b>22.159.899</b>	<b>96,4</b>

Nas diversas formas de intervenção desta medida foram realizadas 8.044 acções de formação e estágios que envolveram 93.590 formandos/estagiários.



**Quadro 2.18 Medida I.6 Formandos por modalidade formativa, situação a 31-12-2008**

Modalidades formativas	Nº de Acções	Nº de Formandos/estagiários
Formação tradicional	4.895	52.131
Formação à distância	148	1.081
Formação avançada	25	238
Formação-acção	2.676	39.840
PEPAL	300	300
Recursos didácticos	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>8.044</b>	<b>93.590</b>

Das metas previstas em Complemento de Programação somente a meta relativa a estudos, indicador pouco relevante, não foi atingida.

**Quadro 2.19 Medida I.6 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
N.º médio de estudos por ano	n.º	0	0	0	5	0,0
N.º médio de estagiários por ano	n.º	0	299	300	250	120,0
N.º médio de formandos abrangidos por ano (média)	n.º	2.770	13.025	13.327	7.390	180,3
N.º médio de formandos abrangidos por ano (Formandos H)	n.º	1.238	6.801	7.071		
N.º médio de formandos abrangidos por ano (Formandos M)	n.º	1.532	6.224	6.256		
N.º médio de acções de formação por ano (média)	n.º	0	1.072	1.106	493	224,4

É de destacar o facto de, apesar de nos projectos aprovados se prever abranger um maior número de mulheres, na formação realizada os homens ultrapassarem as mulheres.

Em 2008 só foram contemplados os Estágios do PEPAL, daí a reduzida execução física 300 formandos desempregados.

### 3.3.1.7 Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial

Nesta Medida foram aprovados 34 projectos, que representam uma despesa pública executada de 82.4 milhões de Euros.



A execução financeira do ano de 2008 foi da ordem dos 6.4 milhões de euros de despesa pública, atingindo a Medida, no final, uma taxa de execução/programação de 99.6%, em termos de fundo.

### Quadro 2.20 Medida I.7 Programação e execução a 31-12-2008

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	77.033.309	77.033.309	53.922.973	76.000.397	76.000.397	49.825.902	92,4
2008				6.401.817	6.401.817	3.899.296	
<b>2000-2008</b>	<b>77.033.309</b>	<b>77.033.309</b>	<b>53.922.973</b>	<b>82.402.213</b>	<b>82.402.213</b>	<b>53.725.198</b>	<b>99,6</b>

A medida, orientada para a recuperação de edifícios de interesse patrimonial e para a construção de equipamentos estruturantes nos principais Centros da Região, nomeadamente cineteatros, bibliotecas, centros de exposições e espectáculo, incidiu, fundamentalmente, nos equipamentos de índole cultural.

### Quadro 2.21 Medida I.7 Indicadores de realização a 31-12-2008

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Equipamentos estruturantes culturais de lazer e apoio à actividade económica	n.º	12	23	29	24	120,8
Recuperação de edifícios de interesse cultural e patrimonial, valorização do território	n.º	4	2	2	2	100,0

Os montantes mais significativos foram investidos na cultura (43%), no apoio ao desenvolvimento Regional (31%) em equipamentos de recreio e lazer e em intervenções de reabilitação quer do património quer do tecido urbano.

### Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico

A Medida, no final de 2008, registou 169 projectos aprovados, 12 candidaturas recusadas e 16 projectos cancelados. Os motivos de recusa dos projectos devem-se, em alguns casos, ao não cumprimento das condições de acesso e das condições da linha de crédito previstas nas Normas de Procedimento da Medida 1.8, e noutros casos, à inexistência de



disponibilidade orçamental. O cancelamento de projectos, por iniciativa do promotor, foi motivado pelo facto dos contratos de empréstimo não terem obtido o visto do Tribunal de Contas.

No quadro seguinte são apresentados os valores executados, no período 2000-2008.

### Quadro 2.22 Medida I.8 Programação e execução a 31-12-2008

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc/Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	6.158.859	6.158.859	4.619.144	2.489.603	2.489.603	1.866.418	40,4
2008				2.377.776	2.377.776	1.782.890	
<b>2000-2008</b>	<b>6.158.859</b>	<b>6.158.859</b>	<b>4.619.144</b>	<b>4.867.379</b>	<b>4.867.379</b>	<b>3.649.308</b>	<b>79,0</b>

Nesta medida como o prazo para a sua execução terminava em 31.12.2008, todos os pagamentos associados aos projectos aprovados teriam de estar liquidados até essa data. Tendo presente que valores das bonificações aprovadas se prolongavam para além daquela data, tornou-se necessário antecipá-los para a data limite de 31.12.2008.

Para o efeito, os valores das bonificações com vencimento após 2008 foram actualizados à data de 31.12.2008, com uma taxa de actualização de 6,36%. O valor obtido foi transferido para as instituições de crédito, e o respectivo montante de cada projecto foi integralmente aplicado numa amortização extraordinária de capital do respectivo empréstimo. O montante global dessas bonificações antecipadas foi de 1.347.139 euros a que corresponderam 1.010.176 euros FEDER.

Se compararmos o valor da dotação da Medida com o montante executado, verificamos que foi aplicado 79% do subsídio FEDER disponível para a bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico.

A realização física é dada pelo número de empréstimos contratados, que se mantém nos 169 projectos aprovados. A taxa de execução física corresponde à percentagem de execução financeira, que atingiu os 100%, como mostra o quadro seguinte.



**Quadro 2.23 Medida I.8 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Designação do indicador	Unidade	Aprovações	Taxa de execução (%)
Empréstimos contratados ao abrigo da linha de crédito	Número	169	100

**Medida I.9 – Saneamento básico**

Os 128 projectos aprovados até final de 2008 envolvem um investimento elegível realizado de 62.192 mil euros a que corresponde um FEDER de 29.928 mil euros. A execução financeira do ano de 2008 foi da ordem dos 5,3 milhões de euros de despesa pública, atingindo a Medida, no final, uma taxa de execução/programação de 96,5%, em termos de fundo. Apesar dos projectos aprovados ultrapassarem a dotação da medida, os mesmos foram concluídos por valores inferiores aos inicialmente aprovados.

Esta medida surgiu na fase da reprogramação intercalar, pelo que a sua execução só teve início em 2005.

**Quadro 2.24 Medida I.9 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	41.333.334	41.333.334	31.000.000	56.910.474	56.910.474	27.187.300	87,7
2008				5.281.637	5.281.637	2.740.890	
<b>2000-2008</b>	<b>41.333.334</b>	<b>41.333.334</b>	<b>31.000.000</b>	<b>62.192.111</b>	<b>62.192.111</b>	<b>29.928.190</b>	<b>96,5</b>

Em complemento à medida 1.2 foram construídos/remodelados mais 702 Km de rede de drenagem de águas residuais e 286 Km de rede de abastecimento de água, nesta medida.

**Quadro 2.25 Medida I.9 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	Km	2734	557	702	460	152,6
Rede de abastecimento de água	Km	1179	228	286	150	190,7



Tal como previsto especificamente para a Medida, o volume mais expressivo de projectos aprovados corresponde a projectos de redes de drenagem de águas residuais que representam 85,6% do investimento total executado.

**Quadro 2.26 Medida I.9 – Execução por sector de intervenção**

Unidade: Euros

Sector de Actividade	Despesa Pública Executada	%	Fundo Associado
AMBIENTE - águas residuais	53.255.404	85,6	25.228.325
AMBIENTE - abastecimento de água	8.936.707	14,4	4.699.866
<b>TOTAL</b>	<b>62.192.111</b>	<b>100,0</b>	<b>29.928.190</b>





**2.2.2. Eixo II – Execução e principais indicadores de acompanhamento****2.2.2.1. Eixo II – Síntese da execução**

Até ao final de 2008 foram realizadas 94 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo II, nas suas diferentes secções e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido aprovadas 1.157 candidaturas, 48 das quais durante o ano de 2008.

**Quadro 2.27 Eixo II - Candidaturas aprovadas – situação a 31-12-2008**

Medida	Aprovados até final 2008 (*)	Aprovados em 2008 (*)
II.1	34	11
II.3	191	0
II.4	123	9
II.5	102	13
II.6	234	15
II.7	382	0
II.8	91	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.157</b>	<b>48</b>

(\*) – Exclui os projectos com desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

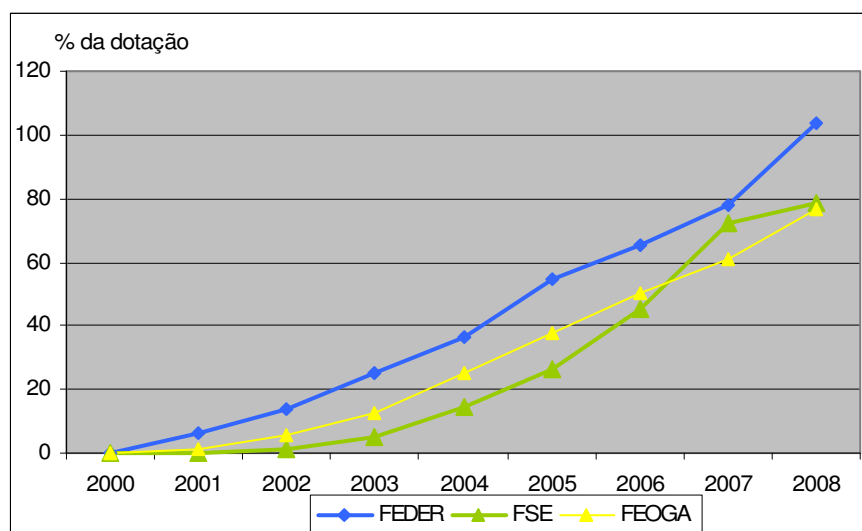
Estes projectos contribuíram para uma execução de 292 milhões de Euros de despesa pública e 202 milhões de euros de fundo, correspondendo a 98,5% do total programado para o Eixo II.

**Quadro 2.28 Eixo II – Programação e execução – situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros								
Fundo	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)	
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo		
FEDER	2000-2007	240.630.363	233.821.772	164.312.623	185.407.405	183.981.391	127.707.593	77,7
	2008				62.878.922	61.950.547	42.872.479	
	<b>2000-2008</b>	<b>240.630.363</b>	<b>233.821.772</b>	<b>164.312.623</b>	<b>248.286.327</b>	<b>245.931.937</b>	<b>170.580.072</b>	<b>103,8</b>
FSE	2000-2007	21.419.522	20.969.832	15.727.383	15.128.746	15.128.746	11.346.559	72,1
	2008				1.305.707	1.305.707	979.280	
	<b>2000-2008</b>	<b>21.419.522</b>	<b>20.969.832</b>	<b>15.727.383</b>	<b>16.434.452</b>	<b>16.434.452</b>	<b>12.325.839</b>	<b>78,4</b>
FEOGA	2000-2007	50.434.129	37.480.900	25.339.937	28.221.614	22.801.947	15.370.202	60,7
	2008				6.897.481	6.647.168	4.103.567	
	<b>2000-2008</b>	<b>50.434.129</b>	<b>37.480.900</b>	<b>25.339.937</b>	<b>35.119.095</b>	<b>29.449.116</b>	<b>19.473.769</b>	<b>76,9</b>
<b>Total Eixo II</b>	2000-2007	312.484.014	292.272.504	205.379.943	228.757.765	221.912.084	154.424.355	75,2
	2008				71.082.110	69.903.422	47.955.326	
	<b>2000-2008</b>	<b>312.484.014</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>299.839.874</b>	<b>291.815.505</b>	<b>202.379.681</b>	<b>98,5</b>

O comportamento de execução no ano de 2008 foi diferente em cada fundo verificando-se uma recuperação significativa no FEDER, ultrapassando-se a dotação disponível.



**Eixo II- Evolução da execução em cada um dos fundos - situação a 31-12-2008**

A evolução do FEDER fica marcada pelos picos de execução em 2005 e 2008 sendo significativo que a execução no ano de 2008 seja de 103,8% do fundo programado. A taxa de execução, no final do período, foi de 103,8%. Para este desempenho contribuíram fortemente as Medidas 2.1 e 2.4 que dispunham de maior volume financeiro. Face à evolução previsível de execução foram adoptadas, no decurso do ano de 2008, medidas de garantia de execução através da criação de uma bolsa de “*overbooking*” por forma a colmatar quebras na fase final de execução e no encerramento. No caso do FEDER o Eixo II absorveu parte das verbas não executadas no Eixo III contribuindo, desta forma, para a plena realização do PO.

A medida 2.8, com intervenção do FSE, assegurou a absorção parte significativa da dotação entre os anos de 2005 e 2007. No final de 2007 a taxa de execução era de 72,1% concluindo a execução com 78,4%. A verba não executada foi disponibilizada para as medidas do Eixo III e “*overbooking*” de execução no Programa.

A evolução do FEOGA ao longo do período de programação foi fortemente condicionada pelo arranque tardio na execução e pelas quebras ocorridas no período 2006 e 2007. Apesar do esforço de execução verificado no ano de 2008, 16% do fundo programado, a taxa no final de 2008 só atingiu os 76,9% do fundo previsto para a medida.



**2.2.2.2. Eixo II - Execução por medida****Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial**

Esta Medida acolheu projectos que visam a qualificação urbanística e ambiental das cidades através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território em espaço urbano, adoptando, para o efeito, medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das principais sete cidades da região centro.

A Medida que se apresenta com um peso percentual significativo em termos de Despesa Pública Total e de Fundo (37,8% do FEDER programado no Eixo II), registou níveis de execução física e financeira anuais pouco uniformes, sendo de realçar a elevada execução do ano de 2008, o que permitiu elevar de 71%, em finais de 2007, para 106,2%, no final de 2008, a taxa de execução do fundo programado na medida.

Face ao peso financeiro da medida no Eixo e à fraca execução foram desencadeados no final de 2007 e em 2008 mecanismos de acompanhamento específico de projectos com execução financeira comprometida (fundamentalmente investimentos da sociedades ViseuPolis e CoimbraPolis) e, simultaneamente foram desencadeados mecanismos que de aprovação de novos projectos que garantissem, caso necessário, a constituição de uma bolsa de *overbooking*.

As dificuldades de execução verificadas nalguns projectos tinham origem na incapacidade financeira para garantir a quitação de compromissos efectuados situação que foi atenuada no final de 2008 com a criação de uma linha de crédito de curto prazo com origem na Direcção Geral do Tesouro e que garantiu as condições de financiamento para a conclusão financeira dos projectos da sociedade ViseuPolis.

**Quadro 2.29 Medida II.1 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	87.810.656	87.810.656	62.104.647	62.822.915	62.822.915	44.087.035	71,0
2008				31.712.894	31.712.894	21.840.872	
<b>2000-2008</b>	<b>87.810.656</b>	<b>87.810.656</b>	<b>62.104.647</b>	<b>94.535.809</b>	<b>94.535.809</b>	<b>65.927.907</b>	<b>106,2</b>



Esta medida ao apoiar acções de requalificação permite melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos estruturantes tais como frentes de rio, aumentar zonas verdes, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos.

Da execução dos 34 projectos aprovados resultaram intervenções significativas na malha urbana que os indicadores de acompanhamento constantes do Complemento de Programação - dada a sua especificidade - não descrevem na totalidade.

De facto foram concretizadas, entre outras, 661.105m<sup>2</sup> de Área urbana intervencionada incluindo, por exemplo, a significativa requalificação das Infra-estruturas e espaço público do Recinto da Feira de São Mateus em Viseu, 95.598 m<sup>2</sup> de área de arranjos urbanísticos, incluindo a Construção da rotunda da Ponte do Rato na Covilhã (área de intervenção objecto de menção honrosa (projectos públicos) na 4ª Edição dos Prémios Turismo de Portugal (2008), 23.171m<sup>2</sup> de área verde, reconstrução/requalificação de dois mercados municipais, entre os quais o Mercado do Peixe, em Aveiro, e construídas duas piscinas, um campo de jogos e três edifícios.

No indicador “extensão de ciclovia a criar/reabilitar”, previsto em Complemento de Programação, há a referir que embora nos projectos aprovados estivessem previstos 5,555Km, na sua realização onde inicialmente estava previsto a criação de troços para ciclovias, foram criados percursos pedonais, e, noutros casos, foi adoptada uma solução mista, com a existência em paralelo de ciclovias e percursos pedonais embora com extensões diferentes.

Relativamente à “criação de lugares de estacionamento” foram executados 2.102 lugares, valor que ultrapassa significativamente o valor previsto atingir (1.500 lugares de estacionamento).

**Quadro 2.30 Medida II.1 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
		2000-2007	2000-2008		
Extensão de ciclovias a criar/reabilitar	km	3,2	3,2	7	45,7
Criação de lugares de estacionamento tendo em vista dissuadir a utilização do automóvel nos centros urbanos	n.º	2.102	2.102	1500	140,1



**Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias**

A natureza temática da medida implicou uma atitude de selectividade territorial que permitiu sinalizar, no Interior da Região Centro, aglomerados emblemáticos e manchas espaciais contíguas, onde o estimular de dinâmicas inovadoras de desenvolvimento produziu efeitos demonstrativos e multiplicadores em territórios mais amplos.

Os 191 projectos financiados representam 104,4% do total de fundo programado, resultando do *overbooking*, iniciado em 2006, enquanto atitude cautelar de gestão; em 2007 registou-se o reforço daquela situação, face à boa performance evidenciada na execução e tendo, também, em conta as múltiplas situações de encerramento de projectos com valores inferiores aos homologados.

**Quadro 2.31 Medida II.3 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	27.606.077	25.251.751	17.675.724	23.841.986	23.414.621	16.273.193	92,1
2008				3.247.927	2.988.546	2.187.799	
<b>2000-2008</b>	<b>27.606.077</b>	<b>25.251.751</b>	<b>17.675.724</b>	<b>27.089.913</b>	<b>26.403.167</b>	<b>18.460.992</b>	<b>104,4</b>

Na sequência da decisão de alargamento do período de aprovações, ocorreu em 2007 a aprovação dos últimos sete projectos reforçando para 5,7% o *overbooking* existente no final de 2006 (2,1%) garantindo, por esta via, uma maior margem de cumprimento da programação.

Toda a execução financeira ocorreu até ao final do ano de 2008 tendo, apenas, deslizado para 2009 alguns dos pagamentos finais aos executores. A execução de 2008 continuou a reflectir o encerramento de projectos com valores inferiores aos homologados, pelo que o encerramento financeiro da Medida, foi consolidado nos 104,4% do FEDER programado.

Os 97 projectos da Linha de Acção “Aldeias Históricas” representam 66,2% do investimento total, reafirmando o papel estruturante desta Rede de Aldeias. Nas doze Aldeias Históricas a recuperação do património histórico e cultural, assume significado



importante, quer, em termos simbólicos quer em termos financeiros, reforçando o papel âncora que desempenham, no contexto territorial da Acção Integrada.

Nos quinze Centros Rurais foram executados 69 projectos que absorveram 23,2% da despesa pública executada sendo dominantes projectos, ligados à valorização e dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados e ao acréscimo da qualidade de vida local, que envolveram valores de investimento menos expressivos.

**Quadro 2.32 Medida II.3 – Execução por linha de acção, situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Unidade: Euros	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
<b>Linha de Acção</b>				
Aldeias Históricas	97	17.480.487	12.403.226	66
Centros Rurais	69	6.124.983	4.102.099	23
Contratos Aldeia	25	2.797.698	1.955.668	11
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>26.403.167</b>	<b>18.460.992</b>	<b>100</b>

Já no que se refere aos “Contratos de Aldeia”, foram aprovados 25 projectos que correspondem às propostas apresentadas em nove Planos de Acção representando 10,6% do investimento realizado na Medida.

Os sete indicadores de acompanhamento definidos, no Complemento de Programação, cobrem as situações que se previam como mais específicas desta AIBT.

**Quadro 2.33 Medida II.3 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Iniciativas de dinamização económica	n.º	15	7	12	10	120,0
Arranjos urbanísticos	n.º	62	42	48	50	96,0
Recuperação de edifícios e monumentos	n.º	44	27	32	25	128,0
Intervenções em património rural	n.º	3	39	39	40	97,5
Recuperação de fachadas	n.º	554	182	221	200	110,5
Acções de animação e divulgação	n.º	108	33	35	35	100,0
Pousada	n.º	1	1	1	1	100,0



Os desvios observados indiciam um reforço significativo de projectos com carácter estruturante, em particular a recuperação de edifícios e monumentos (128%), as iniciativas de dinamização económica (120%) e, complementarmente, a recuperação de fachadas (110,5%), uma vez que constituíram as intervenções âncora na protecção e valorização das unidades base da estrutura de povoamento (Aldeias) e do respectivo património cultural concorrendo, assim, para “Restituir ao meio rural e às aldeias, capacidade de Dinamização” (objectivo geral do PO Centro).

#### **Medida II.4- Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”**

A Medida tem como área de intervenção dez concelhos situados em território raiano do centro e norte de Portugal. Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso integram a NUT II Centro e os restantes 4 integram a NUT II Norte - Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Este território corresponde ao espaço geográfico definido pela bacia do rio Côa, mas integra, também, espaços durienses e transmontanos, formando um espaço mosaico que ganha a sua identidade pela sua história comum, por uma malha de complementaridades, que tem vindo a alargar-se e a gerar dinâmicas nos tecidos económicos locais, a partir da influência do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC).

Em termos acumulados, a Medida registou 123 projectos aprovados em Unidade de Gestão, homologados e executados física e financeiramente dentro do prazo para a conclusão (segundo as regras de encerramento) dos projectos, 9 dos quais aprovados durante o ano de 2008.

**Quadro 2.34 Medida II.4 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	64.557.332	63.120.794	44.185.001	45.652.094	45.355.145	31.731.163	71,8
2008				18.650.661	18.443.240	12.910.268	
<b>2000-2008</b>	<b>64.557.332</b>	<b>63.120.794</b>	<b>44.185.001</b>	<b>64.302.756</b>	<b>63.798.385</b>	<b>44.641.432</b>	<b>101,0</b>



A execução ocorrida em 2008 representa 29,2% do total do FEDER programado para o período de programação 2000/2006, o que significa um forte e decisivo impulso na execução da medida. Tal ficou a dever-se à execução integral do Museu do Côa.

O quadro anterior mostra que os valores FEDER executados ultrapassam a dotação da Medida em 456 mil euros (1,0%), o que demonstra a performance da Medida, tanto mais tendo em conta os níveis médios de execução que a medida foi apresentando ao longo dos tempos.

No que respeita à concretização de objectivos específicos importa referir que os projectos executados conseguiram, na sua maioria, alcançar ou superar em larga escala as metas previstas no Complemento de Programação. Exceptuam-se as “acções de animação, divulgação e promoção” e “organização e participação em feiras e mostras” que concretizaram 60% do previsto e os “encontros científicos-culturais” que se quedou por 17% do objectivo pretendido.

Quanto à não aproximação da meta relativa às “feiras e mostras” importa sublinhar o facto de terem sido financiadas até 2003 um conjunto de “feiras das tradições e das actividades económicas” que ocorrem anualmente no território da AIBT do Côa. O efeito de alavancagem então proporcionado, fez com que todas continuem a realizar-se apesar de não terem co-financiamento para a realização. Quanto à não concretização da meta “encontros científicos-culturais”, o facto dos beneficiários finais deste tipo de iniciativas poder ser em número reduzido, terá condicionado a concretização desta meta.

**Quadro 2.35 Medida II.4 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Museu arqueológico	n.º		0	1	1	100,0
Encontros científico-culturais	n.º		1	1	6	16,7
Iniciativas de dinamização económica	n.º	20	4	10	10	100,0
Acções de animação e divulgação e promoção	n.º	0	5	6	10	60,0
Arranjos e infra-estruturas urbanísticas	n.º	12	24	38	20	190,0
Organização e participação em feiras e mostras	n.º		12	12	20	60,0
Recuperação de edifícios e monumentos	n.º		10	13	6	216,7
Equipamentos culturais, de turismo e lazer	n.º		11	27	6	450,0





A Linha de Acção dominante em número de projectos é a “Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património”, indicando a forte incidência das intervenções realizadas nas Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa, destinadas à valorização da imagem dos aglomerados e do seu património. Os 13 núcleos abrangidos, distribuídos por sete concelhos da AIBT, foram todos objecto de pelo menos uma intervenção, destacando-se os investimentos em arranjos urbanísticos e na recuperação de imóveis e de equipamentos tradicionais.

#### Quadro 2.36 Medida II.4 - Execução financeira por linha de acção, situação a 31-12-2008

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2008)			
	Nº Proj.	D. Pública	FEDER	%
LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa	6	11.942.890	8.360.023	18,7
LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico	37	31.939.900	22.357.930	50,1
LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património	48	14.721.811	10.305.268	23,1
LA4 - Dinamização Económica e Social	32	5.193.783	3.618.210	8,1
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>63.798.385</b>	<b>44.641.432</b>	<b>100</b>

Por outro lado, verifica-se que os projectos da Linha de Acção “Promoção do Desenvolvimento Turístico” absorvem cerca de metade dos valores aprovados. A isso não será estranho, evidentemente, a “matriz constituinte” da própria AIBT que, tal como o seu próprio nome indica, radica no “turismo e património no vale do Côa”.

#### Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”

Face à abertura verificada no final do primeiro semestre de 2008 que permitiu um ligeiro acréscimo de *overbooking* foi possível em 2008 aprovar 13 candidaturas. Com as 92 aprovadas até final de 2007, atingiu-se um total de 105 candidaturas homologadas, das quais 11 aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos específico da Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela. Destas 102 garantiram execução no final de 2008.

A taxa de execução efectiva sobre o programado para a Medida, atingiu os 103,9% registando-se portanto um *overbooking* de 3,9%.



**Quadro 2.37 Medida II.5 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	33.914.823	31.560.497	22.092.600	30.341.003	29.831.124	20.394.318	92,3
2008				3.901.170	3.679.003	2.554.162	
<b>2000-2008</b>	<b>33.914.823</b>	<b>31.560.497</b>	<b>22.092.600</b>	<b>34.242.174</b>	<b>33.510.127</b>	<b>22.948.480</b>	<b>103,9</b>

Os objectivos traçados para a medida foram alcançados ou ultrapassados como se pode verificar pelos resultados obtidos na grande maioria dos indicadores de acompanhamento. Com excepção do indicador Parques de Estacionamento, cuja execução foi nula, todos os restantes indicadores apresentaram execução bem acima das metas programadas. O indicador Parque de Estacionamento ficou consagrado no Complemento de Programação por uma situação muito específica que resultava da ocorrência de fortes congestionamentos de trânsito automóvel no ponto mais alto da Serra da Estrela, a Torre, provocados pelos utentes das pistas de esqui que aí se situam. As Estradas de Portugal, entidade responsável pelas EN 339 e EN 339-1 onde ocorriam tais congestionamentos optou sempre por soluções alternativas não concretizando a apresentação de candidatura como previsto no Programa de Acção celebrado entre o Ministério de Planeamento e Ordenamento do Território e o Ministério das Obras Públicas para beneficiação do Parque de Estacionamento dos Piornos e a criação de um chamado Parque de Descongestionamento de tráfego na Lagoa Comprida.

**Quadro 2.38 Medida II.5 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Beneficiação de estradas	km	16	16	24	30	80,0
Arranjos urbanísticos	n.º	0	24	27	20	135,0
Acções de animação e divulgação e promoção	n.º	0	24	30	12	250,0
Parque temático	n.º	0	6	6	3	200,0
Valorizaçãod e zonas de recreio	n.º	0	7	9	2	450,0
Recuperação de edifícios	n.º	0	9	11	2	550,0
Parques de Estacionamento	n.º	0	0	0	2	0,0



Os Parques Temáticos/Museus Construídos (200%) foram dos sete apoiados concluídos seis. Apenas o Museu da Electricidade não foi considerado concluído por não ter entrado em funcionamento, embora o tenha sido fisicamente, embora não financeiramente até 31/12/2008. Os restantes indicadores de acompanhamento, inicialmente considerados em complemento de programação foram largamente superados.

## **Medida II.6 Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER**

O território do “Pinhal Interior” corresponde ao conjunto das NUT III “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Interior Sul” (a que se associam áreas das NUT III “Cova da Beira” e “Beira Interior Sul”), as quais partilham um conjunto de características comuns. Abrange um território de 510 mil hectares em 21 concelhos com um total de 180 mil habitantes.

O Pinhal Interior é uma área com uma “marca” muito específica em termos de recursos naturais, ligada à floresta e à água. Simultaneamente é uma das áreas mais problemáticas da Região Centro em termos de desenvolvimento.

Perante um território tão vasto e diverso, cheio de potencialidades mas, ao mesmo tempo, tão carente e periférico, definiram-se três linhas estratégicas de desenvolvimento: a constituição de uma rede das aldeias do xisto, de uma rede das praias fluviais e de uma rede de percursos do Pinhal Interior.

Para a concretização e consolidação da estratégia a AIBT apoiou um conjunto de iniciativas coerentes e articuladas, que contribuíram para a afirmação de “marcas” territoriais, particularmente as que se prendem com:

- Rede das Aldeias do Xisto
- Rede de praias fluviais
- Rede de percursos

Das 292 entradas até final de 2008, 278 obtiveram parecer favorável. Destas 234 garantiram execução de despesa no final desse ano.

No quadro seguinte são apresentados os valores programados e executados, até final de 2008.



**Quadro 2.39 Medida II.6 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Unidade: Euros	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	26.741.475	26.078.074	18.254.651	22.749.406	22.557.586	15.221.884	83,4
2008				5.366.269	5.126.864	3.379.378	
<b>2000-2008</b>	<b>26.741.475</b>	<b>26.078.074</b>	<b>18.254.651</b>	<b>28.115.676</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>101,9</b>

No ano de 2008 verifica-se um esforço de aprovação de candidaturas, 15, e de execução no sentido de garantir a plena absorção dos montantes programados. Foram aprovados projectos de forma a constituir uma bolsa de *overbooking* na medida de tal forma que, no final do período de programação, foi possível apresentar uma execução 1,9% acima do programado.

As metas previstas em Complemento de Programação são significativamente ultrapassadas. Este facto resulta, por um lado, de algum subdimensionamento das previsões de execução mas, sobretudo, da adesão à rede de Aldeias do Xisto por parte quer dos promotores de natureza pública (Municípios) quer de natureza associativa. O sucesso da intervenção é visível em dois indicadores críticos relativos aos objectivos da Medida: Requalificação de Aldeias Serranas (400%) em que estava prevista uma rede de 6 Aldeias mas que integra, no final do período 24 Aldeias e o indicador Estabelecer/requalificar praias fluviais (133%) que conta com 12 praias fluviais intervencionadas.

**Quadro 2.40 Medida II.6 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Rede de percursos	n.º	0	1	6	3	200,0
Iniciativas de animação e promoção turística	n.º	0	5	25	16	156,3
Unidades de alojamento apoiadas	n.º	0	5	12	5	240,0
Acessos construídos ou beneficiados	km	0	48	53,7	20	268,5
Infra-estruturas de estradas panorâmicas	n.º	0	2	3	6	50,0
Iniciativas museológicas	n.º	0	5	8	5	160,0
Restauro de imóveis classificados	n.º	0	2	5	3	166,7
Estabelecer/requalificar praias fluviais	n.º	0	10	12	9	133,3
Requalificação de aldeias serranas	n.º	0	55	24	6	400,0



Quanto à execução por linhas de acção e Sectores verifica-se que a linha de acção 4, “Infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”, representa 80,7% da execução.

#### Quadro 2.41 Medida II.6 – Execução por linha de acção, situação a 31-12-2008

Unidade: Euros

Linha de Acção	Execução (2000-2009)			
	Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% (D. Pública)
LA1 – Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico	10	1.714.752,00	1.111.712,00	6,2
LA2 – Apoio à Animação Turística	3	151.853	106.297	0,5
LA3 – Promoção Turística Território	23	2.942.900	1.872.766	10,6
LA4 – Infraest. Equip. Promo. Potencialidades	195	22.334.330	15.132.055	80,7
LA5 – Acessib. Locais e Transversais	3	540.616	378.431	2,0
<b>Total</b>	<b>234</b>	<b>27.684.450</b>	<b>18.601.262</b>	<b>100,0</b>

#### Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

A Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior corresponde ao território das NUT III “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Interior Sul”, com excepção do concelho de Oliveira do Hospital, incluindo as freguesias de fronteira dos concelhos de Castelo Branco, Fundão e Vila Velha de Ródão, que em função da interioridade apresentam características socio-económicas semelhantes. É uma região montanhosa, onde imperam as serras da Lousã, do Açor e do Muradal, sendo atravessada pelos rios Alva, Ceira, Mondego, Ocreza e Zêzere. Apresenta uma superfície florestal ocupa cerca de 260.000 ha (mais de 50 % do território), predominantemente, pinhal e eucaliptal.

Em 2008 e analisando os quadros da Execução Financeira 2008 por Acção e da Execução Financeira a 31-12-2008, importa referir o seguinte:

- no ano de 2008 não se registou nenhuma aprovação;
- a taxa execução financeira do ano 2008 representou 21,7% do total da Despesa Pública executada na medida até final desse ano, tendo sido este o ano com maior taxa de execução;
- a Acção 6 representou 88,4% da despesa pública executada em 2008;



**Quadro 2.42 Medida II.7 Execução Financeira 2008 por Acção, Ano de 2008**

Unidade: Euros

Acção	Execução 2008		(*) Despesa Pública
	D. Pública	Fundo	
1	457.242	342.242	6,9
2	53.525	40.144	0,8
3	193.888	145.416	2,9
4	0	0	0,0
5	0	0	0,0
6	5.878.223	3.527.547	88,4
7	0	0	0,0
8	0	0	0,0
9	64.290	48.218	1,0
<b>Total</b>	<b>6.647.168</b>	<b>4.103.567</b>	<b>100,0</b>

Apesar da recuperação da execução no ano de 2008, a taxa no final desse ano ficou pelos 76,9% do Fundo programado.

**Quadro 2.43 Medida II.7 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	50.434.129	37.480.900	25.339.937	28.221.614	22.801.947	15.370.202	60,7
2008				6.897.481	6.647.168	4.103.567	
<b>2000-2008</b>	<b>50.434.129</b>	<b>37.480.900</b>	<b>25.339.937</b>	<b>35.119.095</b>	<b>29.449.116</b>	<b>19.473.769</b>	<b>76,9</b>

Assente nos aspectos regulamentares que se aplicam no âmbito nacional, a Medida II.7 teve significativos atrasos de implementação ao nível de algumas linhas de acção, decorrentes dos atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer pela calamidade dos incêndios florestais de 2003 e 2005, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal.

Juntamente com os atrasos na execução devido aos problemas referidos, ocorreram também as dificuldades financeiras dos promotores, públicos e privados, de forma a garantir a contrapartida nacional. Este problema ficou associado na fase final do período de programação à crise económica, e (também em períodos anteriores) à falta de recursos nacionais nomeadamente PIDDAC em projectos públicos que previam essa fonte de financiamento.



**Quadro 2.44 Medida II.7 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
Acção 1	Reconversão de povoamentos mal instalados	ha	0	0	0	1.000	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro	0	6.310	6.821	11.300	60,4
	Arborização e rearborização	ha	0	4.763	3.986	9.000	44,3
	Área a beneficiar	ha	0	4.326	4.081	5.000	81,6
	Rede viária e divisional	km	0	269	234	400	58,5
	Pontos de água	n.º	0	16	9	20	45,0
	Projectos	n.º	0	305	290	400	72,5
Acção 3	Ajudas públicas	Mil Euro	0	3.017	3.212	3.750	85,6
	Organizações de produtores a constituir	n.º	0	16	16	16	100,0
Acção 4	Ajudas públicas	Mil Euro	0	0	0	10	0,0
	Projectos	n.º	0	1	0	3	0,0
Acção 5	Ajudas públicas	Mil Euro	0	13	13	40	31,7
	Projectos	n.º	0	2	1	2	50,0
Acção 6	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	ha		0	0	500	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		10.592	16.470	18.870	87,3
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	ha		191.750	189.704	200.000	94,9
	Área de silvicultura preventiva	ha		12.510	11.193	10.000	111,9
	Rede viária e divisional	km		4.672	4.973	4.700	105,8
	Pontos de água	n.º		179	99	130	76,2
Acção 7	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação	ha		0	0	100	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		0	0	10	0,0
Acção 8	Ajudas públicas	Mil Euro		2.617	2.617	3.000	87,2
	Projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro	n.º		26	26	30	86,7
Acção 9	Ajudas públicas	Mil Euro		253	317	500	63,4
	Projectos apoiados	n.º		7	4	10	40,0

O grau de aproximação às metas previstas em Complemento de Programação foi globalmente atingido nas Acções 3 e 6. Para as restantes acções os resultados ficaram abaixo do previsto, Este facto está directamente relacionado com os problemas encontrados durante a execução da medida:

- falta de cadastro rústico no território;
- incêndios florestais de 2003 e 2005;



- falta de PIDDAC em 2005 e 2006;
- questões regulamentos de aplicação das várias acções;
- fraca execução devido às dificuldades financeiras dos promotores;
- baixa aprovação inicial;
- sazonalidade das operações silvícolas.

### **Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social**

Ao longo do Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) a Medida 8 do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro – “Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social” – financiou, através do Fundo Social Europeu (F.S.E.), projectos de formação profissional directamente relacionados com os domínios prioritários da estratégia prosseguida pelas Acções Integradas de Base Territorial (AIBT) e coerentes com o respectivo referencial estratégico definido no P.O.Centro e nos Complementos de Programação.

Os projectos formativos foram enquadrados em três linhas de acção: A – Empregabilidade, B – Integração Social e C – Requalificação das Cidades. As duas primeiras centraram-se na valorização dos recursos humanos e para a promoção da coesão social, enquanto que a linha de acção C, em vigor desde o final de 2005, visou a promoção das competências profissionais relacionadas com o desenvolvimento do espaço urbano.

Geograficamente, a Medida II.8 enquadrou-se num vasto território no qual se incluíam as diversas AIBT, que englobam espaços rurais, e, também, um conjunto restrito de territórios urbanos, entre os quais as sedes de concelho do interior da Região Centro. Estas últimas foram um impulso para o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, um suporte estratégico para o desenvolvimento das sub-regiões em que estão inseridas.

Até final de 2007 foram apresentados 118 pedidos de financiamento, tendo sido aprovados 95 nas 29 Unidades de Gestão realizadas. Das 95 candidaturas aprovadas apenas 91 tiveram execução no final do período, 31-12-2008.

Em matéria de execução, há a registar, por um lado, o forte crescimento verificado em 2007, ano de conclusão de diversos projectos plurianuais aprovados em 2005 e em 2006, e, por outro lado, os baixos montantes executados em 2008 tem a ver com o facto de o





encerramento de alguns pedidos de financiamento terem - a título excepcional - transitado para 2008.

**Quadro 2.45 Medida II.8 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Unidade: Euros	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	21.419.522	20.969.832	15.727.383	15.128.746	15.128.746	11.346.559	72,1
2008				1.305.707	1.305.707	979.280	
<b>2000-2008</b>	<b>21.419.522</b>	<b>20.969.832</b>	<b>15.727.383</b>	<b>16.434.452</b>	<b>16.434.452</b>	<b>12.325.839</b>	<b>78,4</b>

De pequena dimensão, mas com uma vertente forte em termos de territorialização da política de emprego, esta medida financiou projectos de formação dirigidos a empregados e a desempregados, abrangendo 7.108 formandos. A execução coordenada da medida II.8 com outras do Eixo das AIBT, permitiu a optimização de investimentos apoiados no âmbito de projectos FEDER/FEOGA. Apesar de não se tratar de projectos integrados, esta articulação e concretização de projectos materiais com imateriais do FSE, proporcionou impactos positivos relevantes na qualidade de vida das pessoas e na melhoria da dinâmica de economias locais em territórios desfavorecidos.

**Quadro 2.46 Medida II.8 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Formandos - M	n.º	0	2742	2710	1700	159,4
Formandos - F	n.º	0	3205	4398	2000	219,9





**2.2.3. Eixo III – Execução e principais indicadores de acompanhamento****2.2.3.1. Eixo III – Síntese da execução**

O Eixo Prioritário III do Programa Operacional, envolvendo 19 Medidas e 4 Fundos, tem a sua gestão assegurada através dos Coordenadores das Medidas.

Até ao final de 2008 foram aprovadas 12.948 candidaturas, das quais 299 nesse ano.

**Quadro 2.47 Eixo III - Candidaturas aprovadas – situação a 31-12-2008**

<b>Medida</b>	<b>Aprovados até final 2008 (*)</b>	<b>Aprovados em 2008 (*)</b>
III.1	192	8
III.2	141	0
III.3	504	0
III.4	1248	99
III.5	9	0
III.6	34	0
III.7	50	0
III.8	57	5
III.9	20	1
III.10	33	2
III.11	69	7
III.12	211	28
III.13	202	11
III.14	10.074	137
III.15	7	0
III.16	22	0
III.17	47	0
III.18	14	0
III.19	14	1
<b>TOTAL</b>	<b>12.948</b>	<b>299</b>

(\*) – Exclui os projectos com desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

O grande volume de candidaturas apreciadas na Medida da Agricultura é devido, essencialmente, aos projectos de apoio à pequena agricultura, com uma dimensão de investimento muito baixa.

As candidaturas aprovadas contribuíram para uma execução no final de 2008 de 1.636,9 milhões de euros de despesa pública e 953,7 milhões de euros de fundo, 97,9% do total programado para o Eixo III.

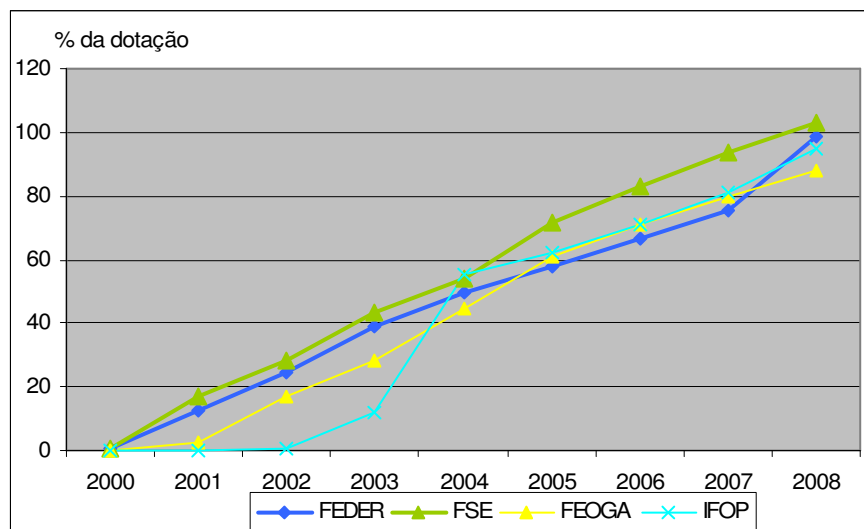


**Quadro 2.48 Eixo III - Programação e execução - situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2007	1.119.900.491	1.101.864.412	624.753.077	902.009.632	869.670.291	471.156.049	75,4
	2008				251.137.951	247.336.370	146.733.192	
	<b>2000-2008</b>	<b>1.119.900.491</b>	<b>1.101.864.412</b>	<b>624.753.077</b>	<b>1.153.147.584</b>	<b>1.117.006.660</b>	<b>617.889.241</b>	<b>98,9</b>
FSE	2000-2007	330.509.276	311.509.687	189.202.138	325.808.284	293.036.485	177.615.636	93,9
	2008				30.555.938	27.236.452	17.067.769	
	<b>2000-2008</b>	<b>330.509.276</b>	<b>311.509.687</b>	<b>189.202.138</b>	<b>356.364.223</b>	<b>320.272.936</b>	<b>194.683.405</b>	<b>102,9</b>
FEOGA	2000-2007	309.666.478	215.795.234	158.781.157	239.173.330	178.639.596	126.352.161	79,6
	2008				22.311.829	19.055.709	13.300.487	
	<b>2000-2008</b>	<b>309.666.478</b>	<b>215.795.234</b>	<b>158.781.157</b>	<b>261.485.159</b>	<b>197.695.305</b>	<b>139.652.647</b>	<b>88,0</b>
IFOP	2000-2007	2.198.350	2.049.320	1.537.000	1.703.698	1.543.669	1.245.767	81,1
	2008				426.732	377.395	208.432	
	<b>2000-2008</b>	<b>2.198.350</b>	<b>2.049.320</b>	<b>1.537.000</b>	<b>2.130.430</b>	<b>1.921.064</b>	<b>1.454.200</b>	<b>94,6</b>
<b>Total Eixo III</b>	2000-2007	1.762.274.595	1.631.218.653	974.273.372	1.468.694.944	1.342.890.040	776.369.613	79,7
	2008				304.432.450	294.005.925	177.309.880	
	<b>2000-2008</b>	<b>1.762.274.595</b>	<b>1.631.218.653</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.773.127.395</b>	<b>1.636.895.965</b>	<b>953.679.493</b>	<b>97,9</b>

A recuperação da execução no ano de 2008, permitiu que no total do Eixo se tenha conseguido absorver a quase totalidade da dotação disponível.

**Eixo III- Evolução da execução em cada um dos fundos - situação a 31-12-2008**

O comportamento dos quatro fundos é diverso. No seu conjunto, são as medidas com intervenção do FSE as que mais rapidamente conseguiram absorver a sua dotação, no final de 2007, já tinham absorvido 94% da sua dotação. Em 2008, para além de se ter conseguido utilizar as verbas disponíveis no Eixo, foi possível absorver as dotações não



utilizadas no Eixo I e II e constituir um “*overbooking*” de execução no Programa, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento.

As medidas com intervenção do FEDER, passaram de uma taxa de execução no final de 2007, de 75% para os 98,9% da sua dotação. Esta recuperação ficou a dever-se ao esforço de aprovação de projectos em “*overbooking*” durante o ano de 2008 e ao facto de alguma da despesa executada em anos anteriores, só ter sido validada em 2008.

A medida IFOP passou de uma taxa de execução de 81%, em finais de 2007, para os 94,6% no final desse ano.

No caso do FEOGA é de realçar a quebra ocorrida no período 2006 e 2007, o que levou, aliás, ao não cumprimento da regra  $n+2$  nesses anos. Em 2008, com o esforço de aprovações de projectos da iniciativa dos municípios conseguiu-se criar uma bolsa de projectos com execução já em 2009 o que permitiu vir a ultrapassar a dotação final do FEOGA neste Eixo e absorver a dotação não utilizada no Eixo II.



**2.2.3.2. Eixo III – Execução por medida****Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários**

Durante o ano de 2008 foram apreciados em Unidade de Gestão 6 candidaturas relativas ao Ensino Básico e ao Secundário. No final desse ano, estavam apreciadas em Unidade de Gestão, um total de 288 candidaturas. Destas, 219 obtiveram parecer favorável deste órgão.

Dos 219 projectos apreciados em Unidade de Gestão com parecer favorável 9 foram arquivados por desistência e 12 tiveram revogação de decisão por incumprimento do contrato ou por terem sido detectadas irregularidades em matéria de mercados públicos e 6 foram canceladas por não terem apresentado despesa considerada elegível. Assim, no final de 2008, encontram-se aprovados 192 projectos, relativos ao ensino pré-escolar, básico, secundário e profissional.

Dos projectos aprovados em 2008, quadro dizem respeito a projectos do 1º ciclo do ensino básico, tipologia que passou a ser elegível com a alteração do Complemento de Programação efectuada em 2008.

A execução financeira do ano 2008 foi da ordem dos 16,5 milhões de euros de despesa pública, atingindo-se, no final desse ano, uma taxa de execução/programação de 103,8%, em termos de fundo.

**Quadro 2.49 Medida III.1 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	110.833.142	108.757.642	81.567.997	99.055.128	99.055.128	72.585.654	89,0
2008				16.541.325	16.541.325	12.067.482	
<b>2000-2008</b>	<b>110.833.142</b>	<b>108.757.642</b>	<b>81.567.997</b>	<b>115.596.453</b>	<b>115.596.453</b>	<b>84.653.136</b>	<b>103,8</b>

No Eixo III, na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que contribuíram para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar os projectos abrangem 201 salas para este nível de ensino. As intervenções no



ensino profissional abrangem construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos em 11 estabelecimentos de ensino.

**Quadro 2.50 Medida III.1 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Salas novas ampliadas de educação pré-escolar	n.º		121	201	200	100,5
Novas escolas do ensino básico	n.º		15	18	18	100,0
Salas do ensino secundário e profissional remodeladas e/ou apetrechadas	n.º		142	128	140	91,4
Laboratórios em escolas do ensino básico e secundário	n.º		176	195	160	121,9
Infra-estruturas desportivas no ensino básico e secundário	n.º		65	71	60	118,3

### Medida III.2 - Educação - Ensino profissional

A Medida visou consolidar as ofertas de Ensino Profissional ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível.

A fase de aprovação terminou em 2006, com o financiamento dos cursos do ano lectivo 2006/2007, tendo o total de candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão ficado em 141.

A execução atinge, no final de 2008, 99% do fundo programado.

O valor não utilizado nesta Medida, da ordem dos 800 mil euros de fundo, foi compensado com a execução para além da dotação prevista, na Medida III.3.

**Quadro 2.51 Medida III.2 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	121.410.446	115.003.566	66.127.063	117.796.720	113.602.352	65.321.352	98,8
2008				-2.812	-4.644	-2.670	
<b>2000-2008</b>	<b>121.410.446</b>	<b>115.003.566</b>	<b>66.127.063</b>	<b>117.793.909</b>	<b>113.597.709</b>	<b>65.318.682</b>	<b>98,8</b>

O número de formandos abrangidos, nos sete anos lectivos do ensino profissional, foi na ordem dos 25.200 alunos, acima do previsto (23.400). De igual forma, foi ultrapassado o



número de finalistas que atingiram o nível de qualificação III, 48,6% homens e 51,4% mulheres.

**Quadro 2.52 Medida III.2 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Formandos	n.º	0	25.289	25.289	23.400	108,1

### Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local

Em Junho de 2006 decorreu o 6º período de candidaturas, que abrangeu acções de formação que conferem a dupla certificação de públicos adultos. Considerando o elevado grau de execução da Medida e o facto de se aproximar o final do QCA III, esse foi o último período de candidaturas. Nesta última candidatura, houve necessidade de efectuar aprovações condicionadas, uma vez que o montante a aprovar estava claramente acima da dotação da Medida.

Face ao nível de aprovações e de execução histórica da Medida 3.3, decidiu-se que, os montantes não utilizados nos Eixos I e II (dentro dos limites da flexibilidade entre Eixos) e nas restantes Medidas do Eixo III, seriam executadas por esta Medida, de acordo com as regras de encerramento do QCA III. No entanto, veio a constatar-se que a dotação que previsivelmente ficaria disponível dos outros Eixos e Medidas do Eixo III, dificilmente seria absorvida pelos projectos em execução da acção tipo 3.3.1.1, apesar de se terem efectuado aprovações condicionadas e da taxa de execução rondar os 80%.

Assim, a execução destas verbas, pela Medida 3.3, apenas seria possível porque o IEFP, nos Estágios Profissionais e nos Apoios ao Emprego, tinha executado mais do que a dotação inscrita nos respectivos Contratos-Programa. O IEFP surgiu então como o único promotor passível de apresentar despesa, razão pela qual foram homologadas, em 2008, novas adendas aos Contratos-Programa. A homologação destas adendas possibilitou o reforço financeiro dos Estágios Profissionais, em 6 milhões de euros de despesa pública (3,75 milhões de euros FSE), e o alargamento do período de vigência dos três Contratos-Programa.





A Medida 3.3 registou até final de 2008 um desempenho financeiro de 106,4%. Este excesso de dotação só foi possível à custa de uma execução abaixo da respectiva dotação nas medidas do Eixo I e II e, em menor escala, das restantes do Eixo III, contribuindo, ainda assim com um *overbooking* de execução do FSE no Programa.

**Quadro 2.53 Medida III.3 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Unidade: Euros	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	201.651.420	189.058.711	118.161.867	203.985.148	175.736.949	109.835.247	93,0
2008				28.199.566	25.357.381	15.848.362	
<b>2000-2008</b>	<b>201.651.420</b>	<b>189.058.711</b>	<b>118.161.867</b>	<b>232.184.714</b>	<b>201.094.330</b>	<b>125.683.609</b>	<b>106,4</b>

Até final de 2008 o número de desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios) foi cerca de 6.425 formandos/ano, sendo que o objectivo da Medida era atingir cerca de 5500. O objectivo foi ultrapassado, sobretudo, devido ao facto de se ter reforçado financeiramente, no final do Quadro, o Contrato Programa Estágios Profissionais.

Na vertente de apoio ao emprego, a execução foi de 1023 postos de trabalho ano, nuj total de 7.163, não tendo assim sido cumprido o objectivo (1.160 postos de trabalho/ano). As medidas activas de emprego incluídas nesta tipologia, vieram a demonstrar um elevado grau de incumprimento, por parte dos beneficiários finais, obrigando o IEFP a apresentar listagens de restituições dos apoios concedidos. O programa ILE foi aquele que apresentava maior expressão, sobretudo, por serem iniciativas empresariais de muito pequena dimensão muito permeáveis à situação de recessão.

**Quadro 2.54 Medida III.3 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Postos de trabalho criados no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego	n.º	333	1.060	1.023	1.160	88,2
Participação em medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) de desempregados / ano	n.º	3839	5.933	6.425	5.500	116,8



**Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local**

O Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local, consiste na linha de acção relativa ao investimento em Iniciativas Locais de Emprego (ILE's) prevista no Programa de Estímulos à Oferta de Emprego (PEOE), programa esse da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Para a gestão da Medida 3.4 foram celebrados, ao longo do QCA III, dois Contratos Programa para os períodos 2001-2003 e 2004-2006, entre o Gestor do POCentro, a Coordenação da Medida e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Este documento atribuiu ao IEFP a gestão técnica, administrativa e financeira da Medida.

A Medida 3.4 financiou a componente de investimento em imobilizado corpóreo das candidaturas aprovadas pelo IEFP no âmbito do programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE's), previsto no Programa de Estímulo à Oferta de Emprego (PEOE). Este apoio financeiro é complementar ao apoio financeiro da Medida 3.3, que apoiou a criação de postos de trabalho.

Em Setembro de 2008, foi homologada uma adenda, que prolongou o período de vigência deste 2º Contrato Programa até 30 de Novembro de 2008, com possibilidades de prorrogação.

Até final de 2008 foram apoiados 1.248 projectos, envolvendo 19,32 milhões de euros de financiamento público e 11,59 milhões de euros de Fundo, representando 103% do fundo programado.

**Quadro 2.55 Medida III.4 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Unidade: Euros	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	23.404.327	18.721.998	11.233.225	50.136.152	18.790.972	11.274.583	100,4
2008				2.350.699	526.857	316.114	
<b>2000-2008</b>	<b>23.404.327</b>	<b>18.721.998</b>	<b>11.233.225</b>	<b>52.486.851</b>	<b>19.317.828</b>	<b>11.590.697</b>	<b>103,2</b>



**Quadro 2.56 Medida III.4 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Projectos apoiados (ano)	n.º	0	174	178	150	118,9

O apoio à criação de empresas na vertente FEDER, complementar ao da criação de emprego da medida 3.3, permitiu criar 1248 empresas ao longo do período de execução do Programa, concentrados no interior da região (72% do total dos projectos apoiados).

### Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

No âmbito da reprogramação do Programa ocorrida em 2006 esta medida passou a contemplar, para além da criação dos Centros de Ciência Viva e das iniciativas a estes associadas de promoção e divulgação da cultura científica e tecnológica, intervenções de expansão e qualificação de instalações do ensino superior e de expansão da rede de equipamentos de apoio social aos estudantes, tendo em vista a melhoria da qualidade e desempenho do ensino superior.

Com a alteração do conteúdo da Medida só ocorreu no final de 2006, a aprovação de projectos daquela tipologia só veio a ocorrer em 2007. Até final de 2008 foram aprovados nove projectos. Com estes projectos a execução atingiu 85% do fundo programado, concentrada no ano de 2008 pelo motivo já referido, dos dois projectos de maior peso financeiro terem sido aprovados em 2007.

**Quadro 2.57 Medida III.5 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	13.846.622	13.846.622	9.692.636	4.173.959	4.173.959	2.281.906	23,5
2008				9.577.775	9.577.775	5.979.088	
<b>2000-2008</b>	<b>13.846.622</b>	<b>13.846.622</b>	<b>9.692.636</b>	<b>13.751.734</b>	<b>13.751.734</b>	<b>8.260.994</b>	<b>85,2</b>

No sentido de promover a cultura científica e tecnológica, foram apoiados 7 projectos de centros de ciência viva, 4 dos quais correspondem a novos centros: Proença-a-Nova, Aveiro, Viseu e Coimbra. A região fica, assim, dotada com 4 centros de ciência viva, o de



Coimbra, dedicado às relações entre Ciências Básicas, Tecnologias e Saúde, o de Proença-a-Nova, na temática da floresta, o de Viseu, centrado nas questões do património geológico e cultural e o de Aveiro, ligado à Universidade de Aveiro para a divulgação científica nas áreas daquela universidade.

**Quadro 2.58 Medida III.5 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Área bruta construída e/ou equipada	m2		0	5.434	5.000	108,7
Centros de ciência viva a criar/beneficiar	n.º	1	2	5	6	83,3

**Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital**

Até ao final de 2008 foram apreciadas e aprovadas 36 candidaturas, das quais 2 vieram a ser arquivada por desistência.

O nível de execução aumentou significativamente no último ano, 2008, passando a 111% do fundo programado.

**Quadro 2.59 Medida III.6 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	32.316.312	32.316.312	22.783.000	10.626.325	10.626.325	7.335.138	32,2
2008				25.639.000	25.639.000	18.061.841	
<b>2000-2008</b>	<b>32.316.312</b>	<b>32.316.312</b>	<b>22.783.000</b>	<b>36.265.325</b>	<b>36.265.325</b>	<b>25.396.980</b>	<b>111,5</b>

No sentido de dinamizar e generalizar as tecnologias da informação e da comunicação foram apoiados 17 projectos de espaços públicos de acesso à internet, menos do que o previsto inicialmente. No entanto, em conjunto com a intervenção do Programa da Sociedade do Conhecimento, atingiu-se uma boa cobertura territorial no acesso a estes serviços. Esta iniciativa mereceu das autarquias uma adesão muito significativa, os investimentos disponibilizados no âmbito do POSC e da medida desconcentrada da permitiram que, somente, 7 dos 78 municípios da região não tivessem obtido financiamento para este tipo de projectos. A criação de Portais Regionais foi uma prioridade na



intervenção da medida, tendo sido apoiados dois projectos de Cidades Digitais, Coimbra e Guarda.

A acção Portugal Digital enquadra ainda outra tipologia de projectos, e-U Campus Virtual localizados nas Universidades e Instituições de Ensino Superior. Através da criação de uma rede sem fios, que permite a transmissão de dados em Banda larga, passou a ser possível, ao publico dessas instituições, ter acesso por meio de um computador portátil, conteúdo das aulas, artigos científicos, notas, serviços administrativos da escola etc. Com esta experiência inovadora, o ensino superior passou a dispor de uma rede integrada de wi-fi. No âmbito da medida desconcentrada foram desenvolvidos 9 projectos.

**Quadro 2.60 Medida III.6 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
N.º de instituições de ensino envolvidas	n.º		0	35	35	100,0
N.º de projectos da acção Portugal Digital	n.º		0	11	9	122,2
N.º de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados	n.º		0	23	27	85,2
N.º de aplicações informáticas/ BD desenvolvidas	n.º		0	16	10	160,0
N.º de espaços de acesso à Internet de Banda Larga apoiados	n.º		0	17	50	34,0
N.º de redes locais instaladas	n.º		109	370	280	132,1

### **Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital**

Durante o ano de 2005 iniciou-se o processo de definição do Regulamento Específico da Medida, processo concluído em 2006. Na sequência da publicação das condições que regulamentam a medida foram apresentadas 92 candidaturas, das quais 62 foram aprovadas.

No final de 2008 encontravam-se aprovados 50 projectos, já que os restantes 12 foram arquivados por desistência e sem qualquer execução. No final desse ano a execução financeira ficou abaixo da dotação da medida, atingindo 61,3% do fundo programado.



**Quadro 2.61 Medida III.7 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	4.094.187	4.094.187	2.676.000	1.347.200	1.017.967	665.344	24,9
2008				1.967.732	1.492.261	975.342	
<b>2000-2008</b>	<b>4.094.187</b>	<b>4.094.187</b>	<b>2.676.000</b>	<b>3.314.932</b>	<b>2.510.229</b>	<b>1.640.685</b>	<b>61,3</b>

Foram abrangidos 16.686 formandos em 905 acções de formação. As metas foram largamente ultrapassadas porque a duração média das acções foi bastante inferior à duração presente nos pressupostos de cálculo daqueles valores.

**Quadro 2.62 Medida III.7 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
N.º de pessoas certificadas	n.º		5.046	14.253	5.100	279,5
N.º de formandos	n.º		9.253	16.686	5.700	292,7
N.º de acções de formação	n.º		639	905	570	158,8

**Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)**

Das candidaturas aprovadas ao longo do período de execução da medida, até final de 2008, num total de 59, 2 foram arquivadas por desistência.

A execução da medida, apesar do elevado acréscimo ocorrido no ano de 2008, ficou abaixo da sua dotação, representando 95% do fundo total programado.

**Quadro 2.63 Medida III.8 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	81.889.120	81.889.120	61.417.000	61.617.732	61.617.732	46.009.323	74,9
2008				16.510.169	16.510.169	12.314.098	
<b>2000-2008</b>	<b>81.889.120</b>	<b>81.889.120</b>	<b>61.417.000</b>	<b>78.127.901</b>	<b>78.127.901</b>	<b>58.323.420</b>	<b>95,0</b>



Na área da saúde, medida 3.8, os objectivos a atingir com as candidaturas apresentadas, prendem-se, essencialmente, com a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e atendimento prestados aos utentes.

No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e já funcionalmente inadaptadas à prestação de cuidados primários. Dos 86 Centros de Saúde da Região foram intervencionados 23. Acresce, a estas intervenções, a construção de instalações de 11 extensões de centros saúde. As intervenções em unidades hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos que permitem servir as populações em melhores condições, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico. De referir ainda a aquisição de 6 viaturas de apoio domiciliário, destinadas ao transporte de utentes idosos e portadores de deficiência.

**Quadro 2.64 Medida III.8 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões	n.º		19	33	34	97,1
Intervenções em equipamentos de centros de saúde e respectivas extensões	n.º		20	34	34	100,0
Intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações hospitalares	n.º		12	16	15	106,7
Intervenções em equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais de dia	n.º		6	9	5	180,0

### Medida III.9 - Cultura

As 20 candidaturas aprovadas têm como entidades beneficiárias o ex-IPPAR e outras entidades públicas locais.

No ano de 2008 com 1 milhão de euros de fundo realizado a taxa de absorção passou de 89,7% nos finais de 2007 para os 103,6% no final daquele ano.

**Quadro 2.65 Medida III.9 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	9.881.192	9.881.192	7.411.192	9.139.019	9.139.019	6.647.120	89,7
2008				1.482.708	1.482.708	1.032.065	
<b>2000-2008</b>	<b>9.881.192</b>	<b>9.881.192</b>	<b>7.411.192</b>	<b>10.621.727</b>	<b>10.621.727</b>	<b>7.679.184</b>	<b>103,6</b>



Os projectos aprovados correspondem à recuperação/valorização de castelos, à recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico e à intervenção na valorização do património histórico e paisagístico. As metas previstas, foram, na generalidade cumpridas.

**Quadro 2.66 Medida III.9 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Sítios arqueológicos recuperados/valorizados	n.º		1	2	3	66,7
Castelos recuperados/valorizados	n.º	2	4	5	5	100,0
Edifícios de interesse patrimonial intervencionados	n.º		8	11	10	110,0

### Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

Das 34 candidaturas apreciadas em unidade de gestão uma veio a ser cancelada por desistência do promotor, pelo que, no final de 2008, se encontravam aprovados 33 projectos que permitiram uma execução global de 99,5% da dotação FEDER da medida, concorrendo o último ano de execução com 11% da execução global do fundo da medida.

**Quadro 2.67 Medida III.10 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	99.305.549	99.305.549	35.749.998	93.684.366	93.684.366	31.510.271	88,1
2008				6.661.458	6.661.458	4.062.088	
<b>2000-2008</b>	<b>99.305.549</b>	<b>99.305.549</b>	<b>35.749.998</b>	<b>100.345.824</b>	<b>100.345.824</b>	<b>35.572.359</b>	<b>99,5</b>

A medida teve intervenção no desenvolvimento da rede de equipamentos de base, na rede de equipamentos especializados e na rede de equipamentos de espectáculo.

Na rede de equipamentos básicos, os projectos apoiados contribuíram para construir/modernizar 85.009 m<sup>2</sup> de equipamentos desportivos, o que representa 0,0477 m<sup>2</sup> por habitante.

Na rede de equipamentos especializados foram apoiados 2 projectos, pista de atletismo e pista de remo com uma área útil desportiva de 18.438 m<sup>2</sup> e 237.600 m<sup>2</sup>, respectivamente.





Nos equipamentos de espectáculo, foram apoiados 3 estádios, 2 dos quais com pistas de atletismo, com uma área útil desportiva de 27.840 m<sup>2</sup>.

No seu conjunto as intervenções apoiadas permitiram um acréscimo de área útil desportiva de 131.288 m<sup>2</sup> (0.074 m<sup>2</sup>/habitante), mesmo excluindo a área da pista de remo, no valor de 237.600 m<sup>2</sup>, bastante superior à meta prevista, 50.000 m<sup>2</sup>.

**Quadro 2.68 Medida III.10 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Intervenções em equipamentos desportivos	n.º	0	26	33	28	117,9
Construção e modernização de área útil de equipamento desportivo	m <sup>2</sup>	0	340.757	368.888	50.000	737,8
Área útil de equipamento desportivo por habitante	m <sup>2</sup>	3,25	3	3	3	101,3

### Medida III.11 – Economia

Até final de 2008, foram apreciadas em Unidade de Gestão 87 candidaturas, das quais 84 foram aprovadas. Destas, vieram a ser canceladas 15 candidaturas por desistência, revogação de decisão ou por não terem apresentado despesa elegível até ao final do programa.

Os 69 projectos, que no final de 2008 se encontravam aprovados, tiveram uma execução com um total de 246,1 milhões de euros de despesa pública e 109,1 milhões de euros FEDER, correspondente a 93% da dotação da medida.

De referir que o ano de 2008 permitiu uma recuperação assinalável na despesa, que representou 22% do total Feder executado na Medida até final desse ano.

**Quadro 2.69 Medida III.11 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	253.878.100	253.878.100	117.286.337	203.341.496	202.347.335	84.699.296	72,2
2008				45.754.084	43.776.345	24.424.836	
<b>2000-2008</b>	<b>253.878.100</b>	<b>253.878.100</b>	<b>117.286.337</b>	<b>249.095.580</b>	<b>246.123.680</b>	<b>109.124.132</b>	<b>93,0</b>



As intervenções da Medida incidiram na melhoria das condições de fornecimento de gás natural, sector que absorveu 63% do fundo executado até final de 2008 na medida, através do aumento da capacidade de armazenagem (200 milhões m<sup>3</sup>), na expansão da rede de gás (passou dos 37.300 clientes, situação de partida, para os 111.720 clientes, com os projectos apoiados), quer através do apoio à conversão de consumos de energia para o gás natural, nos sectores domésticos, industriais e dos serviços.

A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade”, Linha de Acção B, e a das “Zonas Empresariais”, Linha de acção A, envolveram, também, um investimento significativo, 24% da comparticipação FEDER executada no final de 2008.

Estas intervenções permitiram criar/melhorar as condições para acolhimento empresarial em 12 zonas da Região e criar diversos equipamentos para a dinamização e transferência de tecnologia.

#### Quadro 2.70 Medida III.11 - Execução por linha de acção, situação a 31-12-2008

Unidade: Euros

Linha de acção	Nº Proj.	Execução		
		D. Pública	Fundo	% Fundo
A- Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento	53	76.561.658	36.423.546	33,38
Mercados	3	14.293.083	5.396.789	4,95
Zonas empresariais	12	17.574.295	9.643.321	8,84
Pousadas	11	5.507.005	4.130.254	3,78
PITER (Turismo)	6	2.514.249	1.885.687	1,73
Conversão de cons. energético	17	32.366.065	12.137.274	11,12
Áreas Mineiras	4	4.306.961	3.230.221	2,96
B- Melhoria da envolvente empresarial	16	169.562.021	72.700.586	66,62
Energia (inf.gás natural)	6	140.702.984	56.281.193	51,58
Inf. tecnológicas e de formação	10	28.859.037	16.419.393	15,05
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>246.123.679</b>	<b>109.124.132</b>	<b>100,00</b>

No turismo é de realçar o projecto da construção do hotel em Unhais da Serra, Covilhã, projecto PITER, com uma capacidade de alojamento de 90 quartos e 142 camas. De realçar, ainda, o facto de terem sido apoiados projectos em 7 das 13 pousadas da juventude da Região Centro. Estas intervenções correspondem a 3 novas pousadas, Porto de Mós, Lousã e Idanha-a-Nova, e a remodelação/ampliação de 4 pousadas, Penhas da Saúde, Ovar, São Pedro do Sul e Castelo Branco. No total, estes projectos envolvem 204 quartos e 567 camas.



**Quadro 2.71 Medida III.11 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Alargamento da rede de mercados abastecedores regionais - operadores previstos	n.º	0	0	21	30	70,0
Pousadas da juventude criadas	n.º	0	0	3	2	150,0
Alargamento da rede de mercados abastecedores regionais - a criar	n.º	0	0	1	1	100,0
Infra-estruturas de apoio à actividade empresarial a criar	n.º	0	3	12	4	300,0
Alargamento da rede de mercados abastecedores locais - mercados a restaurar	n.º	0	1	2	2	100,0
Alargamento da rede de mercados abastecedores locais - operadores previstos	n.º	0	199	349	370	94,3
Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária)	km m3	1196	745	889	750	118,5
Capacidade de armazenagem	milhões	0	140	200	140	142,9
Pousadas da juventude remodeladas	n.º	0	3	4	3	133,3

**Medida III.12- Acessibilidades e Transportes**

Das 214 candidaturas aprovadas em Unidade de Gestão até ao final de 2008, 3 foram canceladas pelo facto dos beneficiários terem desistido ou não terem apresentado despesa elegível, pelo que no final desse ano encontravam-se aprovados 211 projectos.

A execução no ano de 2008, foi muito elevada, contribuindo para que a medida ultrapassasse, ligeiramente, a sua dotação. Só nesse ano foi validado 25% do total FEDER executado.

**Quadro 2.72 Medida III.12 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	413.426.560	402.148.310	216.944.990	307.511.586	307.511.586	162.359.188	74,8
2008				107.862.105	107.862.105	55.620.129	
<b>2000-2008</b>	<b>413.426.560</b>	<b>402.148.310</b>	<b>216.944.990</b>	<b>415.373.691</b>	<b>415.373.691</b>	<b>217.979.317</b>	<b>100,5</b>

Os indicadores de acompanhamento nas infra-estruturas de transporte reflectem o desempenho da medida: concentração na beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. De facto, para além dos 252,7 Km de estradas construídas ou requalificadas, foram beneficiados 1597 Km de estradas regionais e locais. Se adicionarmos os indicadores dos



projectos ainda não concluídos, 5 projectos, aqueles valores elevam-se a 273,5 e 1.618,5 Km, respectivamente. As obras de beneficiação e requalificação executadas permitiram, de algum modo, colmatar algumas das deficiências a nível das assimetrias intra regionais.

**Quadro 2.73 Medida III.12 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Estações construídas ou remodeladas	n.º		0	3	+3	100,0
Extensão de acessos rodoviários aos portos	km		0	0	+1	0,0
Extensão de linha férrea construída ou requalificada	km		0	5	+2	267,0
Extensão de estradas construídas ou remodelada	km		155	253	+220	114,9
Extensão de acessos ferroviários aos portos	km		3	3	+1,2	266,7

Para além destas foram apoiadas intervenções na melhoria da acessibilidade ferroviária e marítima do Porto da Figueira da Foz, beneficiações de Interfaces nas Estações de Miranda do Corvo, Lousã e Ceira no Ramal da Lousã e supressão de constrangimentos em acessos a ramais ferroviários.

### Medida III.13- Ambiente

Até final de 2008 foram apresentadas 214 candidaturas, das quais foram aprovadas 209. Destas 7 foram arquivadas por não terem apresentado despesa elegível, pelo que, no final do programa, a medida continha 202 candidaturas que contribuíram para a execução de 97,6% da sua dotação. Neste último ano foram aprovados 11 projectos.

A execução no ano de 2008, foi muito elevada, contribuindo para que a medida atingisse quase a sua dotação. Só nesse ano foi validado 24% do total FEDER executado.

Esta recuperação deve-se, fundamentalmente, ao elevado montante de projectos aprovados entre 2006 e 2008, que no seu conjunto contribuíram para a realização de 27% do Fundo executado na medida até final de 2008.



**Quadro 2.74 Medida III.13 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	54.776.489	54.776.489	40.909.351	41.308.928	41.308.928	30.392.363	74,3
2008				14.298.480	14.298.480	9.510.340	
<b>2000-2008</b>	<b>54.776.489</b>	<b>54.776.489</b>	<b>40.909.351</b>	<b>55.607.408</b>	<b>55.607.408</b>	<b>39.902.704</b>	<b>97,5</b>

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas: na zona costeira, 12,6 Km de costa intervencionada, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental. Serão ainda de realçar as intervenções na rede hidrográfica (118 km de rede) como as que maior expressão têm nos projectos apoiados e as ciclovias criadas/reabilitadas, 23 km, em projectos de reconversão de antigas linhas ferroviárias.

Com as intervenções de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades serão beneficiadas cerca de 552.929 pessoas residentes nas mesmas.

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a promoção do turismo da natureza, com as quais se estima que se venham a abranger 24.800 pessoas.

**Quadro 2.75 Medida III.13 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental	n.º	0	0	0	1	0,0
Utilizadores de infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza	n.º	0	21.300	24.800	24.000	103,3
Estruturas de monitorização instaladas ou renovadas	n.º	0	14	14	12	116,7
População abrangida por intervenções de requalificação urbana	hab	0	552.929	552.929	550.000	100,5
Extensão de costa intervencionada	km	0	12,3	12,6	12,0	104,9
Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano	n.º	0	7	7	4	175,0
Território abrangido por estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, Sítios da Rede Natura e ZPEs)	%	7	17,8	17,8	10,3	172,8

Do total de candidaturas aprovadas sobressai o elevado número de candidaturas enquadráveis no âmbito da Linha de Acção B, onde os projectos da Reabilitação da Rede Hidrográfica e de requalificação do litoral se destacam. Quanto ao peso financeiro



envolvido, será de destacar, ainda, os projectos relacionados com as Intervenções Polis enquadrados na Linha de Acção D – Melhoria do Ambiente Urbano.

**Quadro 2.76 Medida III.13 – Execução total por linha de acção, situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Linha de acção	Nº Proj.	Execução	
		D. Pública	Fundo
A - Conserv. e Valor. Patr. Natural	28	6.969.080	4.754.253
B - Valor. e Prot. R. Naturais	109	21.157.435	14.993.870
C- Inf. e Gestão Ambientais	36	4.972.601	3.729.451
D- Melhoria do Ambiente Urbano	22	21.491.139	15.662.265
E- Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental	7	1.017.152	762.864
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>55.607.408</b>	<b>39.902.704</b>

**Medida III.14- Agricultura e Desenvolvimento Rural**

Das candidaturas aprovadas e homologadas até final de 2008, 619 não concorrem para a execução por motivo de desistência, não assinatura de contrato ou não execução no período de elegibilidade, pelo que no final desse período são os 10.074 projectos da medida que contribuem para alcançar uma execução de 88,1% de fundo programado para a medida.

Tal como referido em relatórios de anos anteriores no ano de 2006 e 2007 a baixa execução aliada ao deficit de execução dos primeiros anos, levou ao não cumprimento dos objectivos mínimos para o cumprimento da regra n+2 do PO neste Fundo em dois anos consecutivos.

A baixa execução deve-se a vários factores, dos quais se destacam as medidas adoptadas, a nível nacional, relativas à aprovação de projectos. De facto com a publicação da Portaria n.º 1390/2006, de 12 de Dezembro, foi suspensa a admissão de novas candidaturas às Acções da Medida AGRIS do QCA III. Só em 2008, com a publicação da Portaria n.º 714/2008, de 31 de Julho, foi possível admitir novas candidaturas, o que permitiu durante esse ano aprovar 137 projectos da subacção n.º 6.1, «Caminhos rurais», em que a contrapartida nacional é assegurada através dos orçamentos autárquicos. Essas aprovações só vieram a ter consequências financeiras de execução já durante o ano de 2009.



**Quadro 2.77 Medida III.14 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	304.833.145	210.961.901	155.156.157	235.251.786	174.718.051	123.411.002	79,5
2008				22.280.551	19.024.431	13.277.028	
<b>2000-2008</b>	<b>304.833.145</b>	<b>210.961.901</b>	<b>155.156.157</b>	<b>257.532.336</b>	<b>193.742.482</b>	<b>136.688.030</b>	<b>88,1</b>

**Medida 3.14 - Análise por acção e subacção**

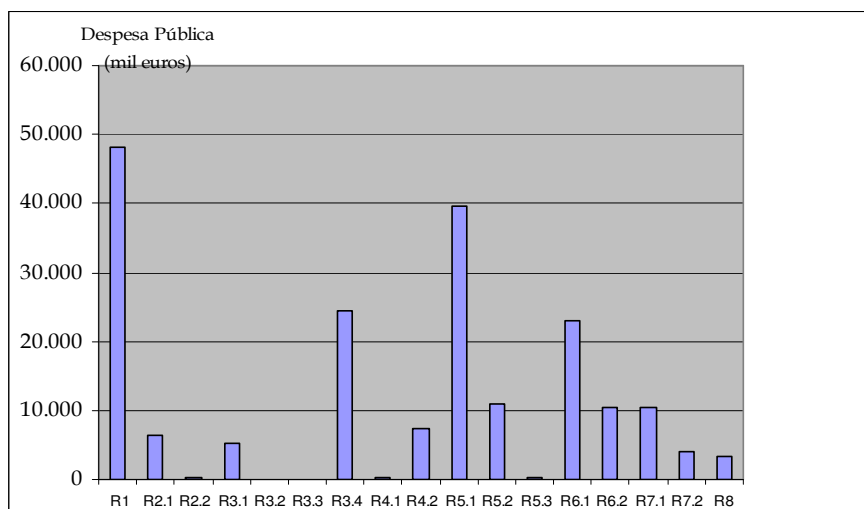
No quadro seguinte é apresentada a execução por acção, sendo de salientar o peso da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, com 25% da execução FEOGA e 79% do nº de projectos, seguida das acções dirigidas à melhoria das infra-estruturas agrícolas, regadios e caminhos agrícolas e rurais, e à floresta, na sua componente de prevenção de riscos.

**Quadro 2.78 Medida III.14 - Execução total por linha de acção, situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Acção	Nº de projectos	Custo Total	Despesa Pública	FEOGA	% FEOGA
R1 Diversificação na pequena agricultura	7.975	97.476.602	48.082.252	33.787.669	24,7
R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	82	12.834.590	6.417.265	4.492.085	3,3
R2.2- Incentivos a produtos de qualidade	9	325.331	220.873	165.655	0,1
R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais	33	6.446.320	5.182.080	3.886.561	2,8
R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	4	93.357	46.678	32.675	0,0
R3.3-Apoio à prestação de serviços florestais	2	49.692	34.742	26.057	0,0
R3.4- Prevenção riscos prov. agentes bióticos e abióticos	100	25.337.801	24.376.601	14.864.724	10,9
R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	4	407.848	244.270	183.202	0,1
R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	60	9.852.731	7.324.417	5.493.313	4,0
R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	147	39.574.152	39.574.152	29.680.614	21,7
R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega	14	10.917.979	10.917.979	8.164.089	6,0
R5.3- Emparcelamento rural	3	254.446	254.446	190.834	0,1
R6.1 Caminhos agrícolas e rurais	407	22.892.022	22.892.022	17.183.111	12,6
R6.2 Electrificação	612	10.363.125	10.363.125	5.181.560	3,8
R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	389	11.984.943	10.458.512	7.843.885	5,7
R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	190	5.488.231	4.119.902	3.087.121	2,3
R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	43	3.233.166	3.233.166	2.424.875	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>10.074</b>	<b>257.532.336</b>	<b>193.742.482</b>	<b>136.688.030</b>	<b>100,0</b>





Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

### Acção 1. Diversificação na pequena agricultura

Nesta Acção os projectos representam 79% do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública executada a 31-12-2008 tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos.

#### Quadro 2.79 Medida 3.14 - Linha de Acção 1, execução a 31-12-2008

Unidade: euros

	Execução			% Exc.
	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	92.503.817	45.653.564	32.077.052	94,9
2008	4.972.785	2.428.687	1.710.617	5,1
<b>2000-2008</b>	<b>97.476.602</b>	<b>48.082.252</b>	<b>33.787.669</b>	<b>100,0</b>

A execução está centrada no primeiro período de programação, tendo o ano de 2008 concorrido para uma execução de 5,1% do executado até final desse ano.

Ao valor total FEOGA executado no final de 2008, 32.077.052 euros, haverá que efectuar uma correcção de 628.952 euros, correspondente a 2% de 31.447.600,19 euros. Esta correcção forfaitária sobre as despesas declaradas para a Acção 1.1, até 15-03-2007, é aplicada na sequência do inquérito relativo aos sistemas de gestão e controlo das Acções 1 e 5 da





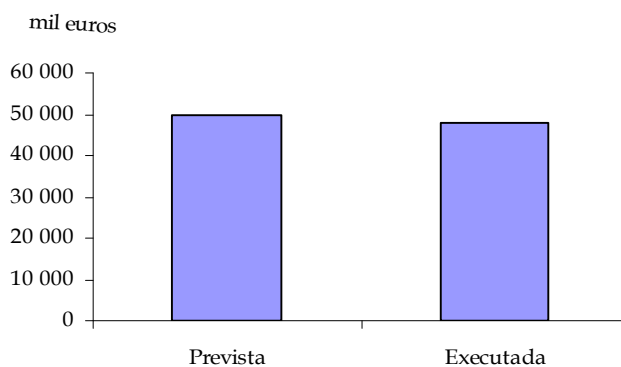
Medida 3.14, por parte da DG AGRI. Na negociação com a Comissão Europeia, na reunião de 1 de Julho de 2008, concluiu-se que a verificação dos controlos para garantir o cumprimento das normas mínimas de ambiente, higiene e bem-estar animal, apesar de efectuada, não se encontrava suficientemente documentada.

**Quadro 2.80 Medida III.14 – Linha de Acção1, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Diversificação na pequenas agricultura (R1)	Projectos aprovados de diversificação de actividades na exploração agrícola	n.º	0	0	75	0,0
	Projectos aprovados de incentivo às actividades turísticas e artesanais	n.º	0	0	15	0,0
	Projectos aprovados de apoio à pequena agricultura	n.º	8.369	7.975	8.475	94,1
	Ajudas públicas	Mil Euro	45.654	48.082	50.000	96,2

A programação financeira desta Acção para 2000-2008 prevê um orçamento de despesa pública de cerca de 50 milhões de euros, tendo sido executada uma despesa de 48,08 milhões de euros, o que se traduz numa taxa de execução de 96,2%.

**Medida III.14 – Linha de acção R1, despesa pública prevista e executada (31-12-2008)**



Esta Acção está orientada para o apoio às explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar. Estas explorações, para além da importância no acréscimo do rendimento dos agregados familiares, desempenham um



papel social e de preservação ambiental dos espaços rurais relevantes. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Acção 1 (93% do total previsto no programa).

## Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade

A execução está centrada no primeiro período de programação, tendo o ano de 2008 concorrido para uma execução de 1,6% do executado até final desse ano.

Esta acção atingiu uma execução próxima da prevista 97,2% da despesa pública programada.

**Quadro 2.81 Medida 3.14 - Linha de Acção 2, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

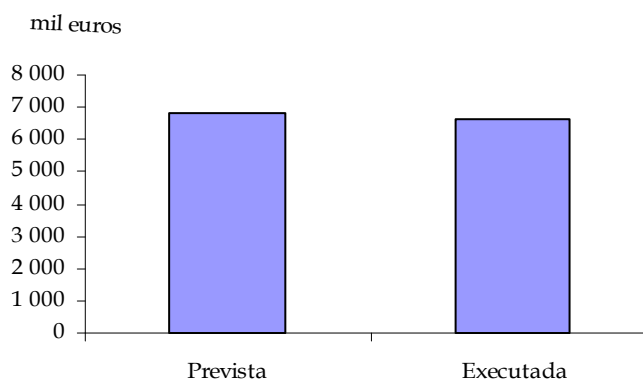
Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R2.1	2000-2007	12.621.344	6.310.642	4.417.450	98,3
	2008	213.245	106.623	74.635	1,7
	2000-2008	12.834.590	6.417.265	4.492.085	100,0
R2.2	2000-2007	325.331	220.943	165.707	100,0
	2008	0	-70	-52	0,0
	2000-2008	325.331	220.873	165.655	100,0
R2	2000-2007	12.946.675	6.531.585	4.583.157	98,4
	2008	213.245	106.553	74.583	1,6
	2000-2008	13.159.920	6.638.138	4.657.740	100,0

Na acção 2 foram apoiados 91 projectos, dos quais 82 na sub-acção 2.1 com o apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção - DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), com incidência no sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite. No que diz respeito à sub-acção 2.2. os 9 projectos aprovados, da Beira Litoral, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.



**Quadro 2.82 Medida III.14 – Linha de Acção 2, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Desenvolvimento dos produtos tradicionais regionais (R2)	Projectos de criação e mod. de pequenas unidades artesanais (R2)	n.º	0	0	10	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro	6.532	6.638	6.827	97,2
	Projectos para criação e modernização de unidades produtivas aprovados (R2)	n.º	86	82	75	109,3
	Projectos de incentivos a produtos de qualidade aprovados (R2)	n.º	9	9	8	112,5

**Medida III.14 – Linha de acção R2, despesa pública prevista e executada (31-12-2008)****Acção 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas**

Nesta acção a maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (83% do total da despesa pública executada a 31-12-2008 na acção), não se registando aprovações na sub- acção 3.5. – Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.

O ano de 2008 concorreu com 20,8% do total FEOGA executado até final desse ano.



**Quadro 2.83 Medida 3.14 - Linha de Acção 3, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
<b>R3.1</b>	2000-2007	5.633.367	4.616.254	3.462.191	87,4
	2008	812.954	565.826	424.369	12,6
	<b>2000-2008</b>	<b>6.446.320</b>	<b>5.182.080</b>	<b>3.886.561</b>	<b>100,0</b>
<b>R3.2</b>	2000-2007	82.712	41.356	28.949	88,6
	2008	10.645	5.322	3.726	11,4
	<b>2000-2008</b>	<b>93.357</b>	<b>46.678</b>	<b>32.675</b>	<b>100,0</b>
<b>R3.3</b>	2000-2007	49.833	34.742	26.057	100,3
	2008	-141	0	0	-0,3
	<b>2000-2008</b>	<b>49.692</b>	<b>34.742</b>	<b>26.057</b>	<b>100,0</b>
<b>R3.4</b>	2000-2007	19.520.802	18.805.784	11.396.140	77,0
	2008	5.816.999	5.570.817	3.468.584	23,0
	<b>2000-2008</b>	<b>25.337.801</b>	<b>24.376.601</b>	<b>14.864.724</b>	<b>100,0</b>
<b>R3</b>	2000-2007	25.286.714	23.498.137	14.913.337	79,2
	2008	6.640.457	6.141.964	3.896.679	20,8
	<b>2000-2008</b>	<b>31.927.171</b>	<b>29.640.101</b>	<b>18.810.017</b>	<b>100,0</b>

A execução desta Acção, centrada no último período de elegibilidade das despesas, foi condicionada por diversos aspectos:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer modo, a execução da primeira sub-acção – instalação de organizações de produtores florestais -, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer sobretudo pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis.

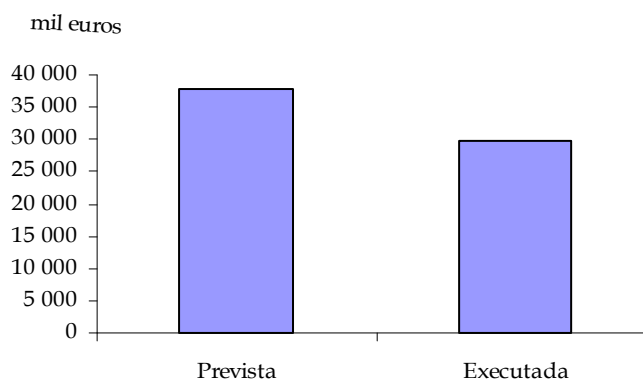
Na sub-acção 3.4, o atraso no início da implementação desta sub-acção devido à dificuldade de enquadrar os proprietários florestais dos territórios alvo – os primeiros projectos só foram aprovados em 2004-, a programação plurianual dos investimentos (a maioria distribuída por 5 anos), o elevado número de rubricas de investimento, a dificuldade na adjudicação dos trabalhos em tempo útil, por parte das entidades públicas e a ocorrência de um número significativo de incêndios, tem obrigado a reprogramações sucessivas e ao adiamento das intervenções previstas em cada ano.



**Quadro 2.84 Medida III.14 - Linha de acção 3, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (R3)	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação	ha		0	0	0	0,0
	Projectos de valorização e conservação dos espaços florestais aprovados	n.º		0	0	0	0,0
	Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	n.º		4	4	4	100,0
	Projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados	n.º		2	2	2	100,0
	Organizações de produtores florestais constituídas	n.º		38	33	38	86,8
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	ha		0	0	25.000	0,0
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	ha		388.119	368.282	350.000	105,2
	Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados	n.º		0	0	8	0,0
	Projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados	n.º		102	100	101	99,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		23.498	29.640	37.824	78,4

Nesta Acção os 139 projectos concorreram com uma despesa pública executada a 31-12-2008 correspondente a 78,4% do previsto.

**Medida III.14 - Linha de acção R3, despesa pública prevista e executada (31-12-2008)**

De salientar o número de projectos da Acção 3 relativos à constituição de organizações de produtores florestais e à prevenção de riscos bióticos e abióticos. Estes 100 projectos, abrangeram uma superfície florestal de 368.282 hectares, cerca de 55% da área florestal da região centro, excluindo a área do Pinhal Interior, que nesta tipologia de projectos é apoiada no âmbito da AIBT do Pinhal Interior.



**Ação 4. Serviços à agricultura**

A maioria dos projectos apoiados dizem respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (97% da ajuda). Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira ) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) teve uma execução mais rápida.

Na acção de Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas a execução foi bastante baixa. A tipologia de oferta de serviços constante do convite público dirige-se para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra ainda algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.

No ano de 2008, a execução de valor negativo corresponde a anulação de despesa e recuperações efectuadas nesse ano.

**Quadro 2.85 Medida 3.14 - Linha de Acção 4, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

Linha de Acção	Execução			% Exc.
	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	407.848	244.270	183.202	100,0
<b>R4.1</b>				
2008	0	0	0	0,0
<b>2000-2008</b>	<b>407.848</b>	<b>244.270</b>	<b>183.202</b>	<b>100,0</b>
2000-2007	9.930.420	7.380.290	5.535.218	100,8
<b>R4.2</b>				
2008	-77.689	-55.873	-41.905	-0,8
<b>2000-2008</b>	<b>9.852.731</b>	<b>7.324.417</b>	<b>5.493.313</b>	<b>100,0</b>
2000-2007	10.338.268	7.624.560	5.718.420	100,8
<b>R4</b>				
2008	-77.689	-55.873	-41.905	-0,8
<b>2000-2008</b>	<b>10.260.579</b>	<b>7.568.687</b>	<b>5.676.515</b>	<b>100,0</b>



Os 64 projectos desta linha de acção registaram uma execução de 7,57 milhões de euros de despesa pública, o que representa 85% do previsto.

**Quadro 2.86 Medida III.14 - Linha de acção 4, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
Serviços à agricultura (R4)	Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados	n.º		4	4	4	100,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		7.625	7.569	8.900	85,0
	Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados	n.º		62	60	40	150,0

**Acção 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento**

Os 164 projectos apoiados no final de 2008, envolvem um montante de investimento elegível realizado da ordem dos 51 milhões de euros.

Como se trata de investimentos de alguma dimensão física e financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo período do Quadro Comunitário, tendo o ano de 2008 concorrido com 9,2% do FEOGA executado até final desse ano.

**Quadro 2.87 Medida 3.14 - Linha de Acção 5, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R5.1	2000-2007	36.144.701	36.144.701	27.108.526	91,3
	2008	3.429.450	3.429.450	2.572.088	8,7
	<b>2000-2008</b>	<b>39.574.152</b>	<b>39.574.152</b>	<b>29.680.614</b>	<b>100,0</b>
R5.2	2000-2007	9.694.961	9.694.961	7.262.527	88,8
	2008	1.223.018	1.223.018	901.562	11,2
	<b>2000-2008</b>	<b>10.917.979</b>	<b>10.917.979</b>	<b>8.164.089</b>	<b>100,0</b>
R5.3	2000-2007	259.446	259.446	194.584	102,0
	2008	-5.000	-5.000	-3.750	-2,0
	<b>2000-2008</b>	<b>254.446</b>	<b>254.446</b>	<b>190.834</b>	<b>100,0</b>
R5	2000-2007	46.099.108	46.099.108	34.565.638	90,8
	2008	4.647.468	4.647.468	3.469.899	9,2
	<b>2000-2008</b>	<b>50.746.576</b>	<b>50.746.576</b>	<b>38.035.537</b>	<b>100,0</b>



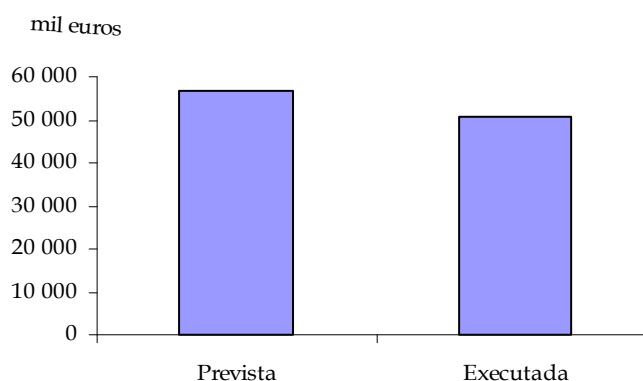
Os projectos apoiados beneficiaram 20.273 agricultores e 24.036 hectares de explorações agrícola.

A execução ficou pelos 89% da ajuda prevista.

**Quadro 2.88 Medida III.14 - Linha de acção 5, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Área beneficiada por projectos de emparcelamento	ha		771	771	2.500	30,8
	Projectos de emparcelamento aprovados	n.º		3	3	5	60,0
	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados	n.º		14	14	22	63,6
	Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	n.º		1.846	1.846	2.200	83,9
	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km		33	33	30	109,3
	Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados	n.º		151	147	142	103,5
	Ajudas públicas	Mil Euro		46.099	50.747	56.800	89,3
	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais	km		378	365	410	89,0
	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	n.º		12.698	12.142	8.700	139,6
	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	ha		8.808	6.924	4.800	144,2
	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	n.º		14.765	6.065	5.360	113,2
	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha		44.216	16.341	14.000	116,7

**Medida III.14 - Linha de acção R5, despesa pública prevista e executada (31-12-2008)**





**Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola**

Esta Acção obteve elevados níveis de realização, tendo o ano de 2008, concorrido com 12,6% do total FEOGA executado até final desse ano.

**Quadro 2.89 Medida 3.14 - Linha de Acção 6, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R6.1	2000-2007	19.312.472	19.312.472	14.497.306	84,4
	2008	3.579.550	3.579.550	2.685.805	15,6
	2000-2008	22.892.022	22.892.022	17.183.111	100,0
R6.2	2000-2007	9.760.282	9.760.282	4.880.139	94,2
	2008	602.843	602.843	301.421	5,8
	2000-2008	10.363.125	10.363.125	5.181.560	100,0
R6	2000-2007	29.072.754	29.072.754	19.377.445	87,4
	2008	4.182.393	4.182.393	2.987.226	12,6
	2000-2008	33.255.147	33.255.147	22.364.671	100,0

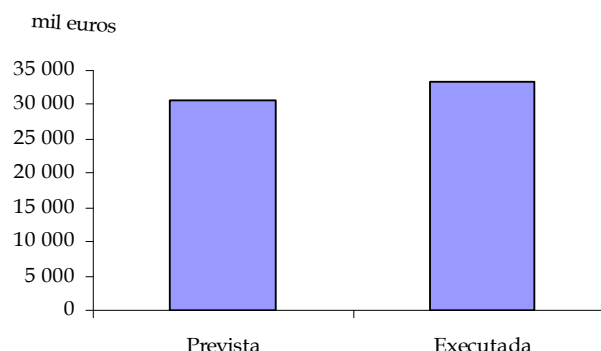
No caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios.

Com a abertura de candidaturas a partir de Julho de 2008, para este tipo de projectos, as autarquias mobilizaram-se no sentido de colmatar as falhas existentes nas acessibilidades rurais e absorver as dotações FEOGA ainda disponíveis, o que foi conseguido já durante o ano de 2009.

**Quadro 2.90 Medida III.14 - Linha de acção 6, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
	Ajudas públicas	Mil Euro		29.073	33.255	30.602	108,7
	Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas	n.º		1.742	1.682	4.500	37,4
	Linhas de média tensão instaladas	km		315	309	700	44,1
	Linhas de baixa tensão instaladas	km		410	396	600	66,0
	Rede viária nova ou beneficiada	km		598	815	810	100,6
	Projectos de electrificação aprovados	n.º		639	612	599	102,2
	Projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados	n.º		280	407	178	228,7
	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	n.º		14.242	20.106	8.600	233,8



**Medida III.14 - Linha de acção R6, despesa pública prevista e executada (31-12-2008)**

Nesta acção relativa a caminhos e à electrificação das explorações agro-florestais, os caminhos agrícolas e rurais registaram uma execução muito para além das metas previstas. De facto foram apoiados 407 projectos de caminhos agrícolas e rurais, com uma extensão de 815 Km, beneficiando 20.106 explorações agrícolas. A despesa pública executada no final de 2008 atingiu, para as duas sub-acções 109% do valor previsto.

**Acção 7. Valorização do ambiente e do património rural**

Os 579 registaram cerca de 10,9 milhões de euros de fundo executado tendo o ano de 2008 concorrido com 7% do total executado até final desse ano, em projectos da subacção 7.1. - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural.

**Quadro 2.91 Medida 3.14 - Linha de Acção 7, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
<b>R7.1</b>	2000-2007	10.767.917	9.370.140	7.027.606	89,8
	2008	1.217.026	1.088.372	816.279	10,2
	<b>2000-2008</b>	<b>11.984.943</b>	<b>10.458.512</b>	<b>7.843.885</b>	<b>100,0</b>
<b>R7.2</b>	2000-2007	5.488.280	4.119.951	3.087.158	100,0
	2008	-49	-49	-36	0,0
	<b>2000-2008</b>	<b>5.488.231</b>	<b>4.119.902</b>	<b>3.087.121</b>	<b>100,0</b>
<b>R7</b>	2000-2007	16.256.197	13.490.091	10.114.763	93,0
	2008	1.216.977	1.088.323	816.242	7,0
	<b>2000-2008</b>	<b>17.473.174</b>	<b>14.578.414</b>	<b>10.931.006</b>	<b>100,0</b>



Nesta acção foram apoiados 579 projectos, 389 relativos à subacção 7.1. – Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 190 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais, no primeiro caso acima do previsto e no segundo, abaixo da meta estabelecida.

**Quadro 2.92 Medida III.14 - Linha de acção 7, Indicadores de realização a 31-12-2008**

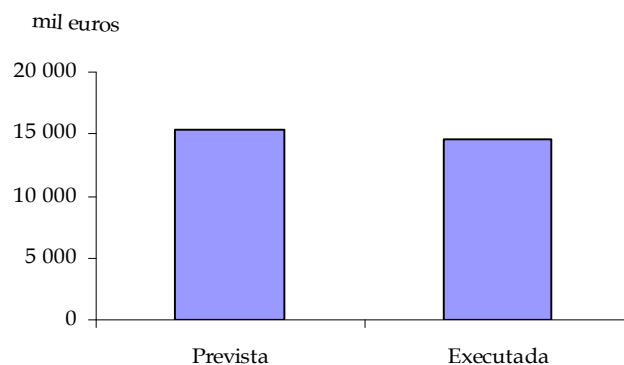
Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
Valorização do ambiente e do património rural (R7)	Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados	n.º		202	190	269	70,6
	Ajudas públicas	Mil Euro		13.490	14.578	15.301	95,3
	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados	n.º		465	389	339	114,7

A Subacção 7.1. teve uma elevada procura, quer porque os beneficiários eram essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideraram um complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

A despesa pública executado no final de 2008 corresponde a 95% do valor previsto para o período 2000-2006.



**Medida III.14 - Linha de acção R7, despesa pública prevista e executada (31-12-2008)****Ação 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural**

Nesta Acção os 43 projectos apoiados contribuíram com 3,2 milhões de euros de despesa pública executada a 31-12-2008, correspondente a 68,7% do valor previsto.

**Quadro 2.93 Medida 3.14 - Linha de Acção 8, execução a 31-12-2008**

Unidade: euros

Linha de Acção	Execução			% Exc.
	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	2.748.252	2.748.252	2.061.190	85,0
<b>R8</b> 2008	484.914	484.914	363.686	15,0
<b>2000-2008</b>	<b>3.233.166</b>	<b>3.233.166</b>	<b>2.424.875</b>	<b>100,0</b>

O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou o seu grau de execução.

**Quadro 2.94 Medida III.14 - Linha de acção 8, Indicadores de realização a 31-12-2008**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
				2000-2007	2000-2008		
Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural (R8)	Ajudas públicas	Mil Euro		2.748	3.233	4.708	68,7
	Projectos aprovados (R8)	n.º		44	43	52	82,7



**Medida III.15- Pescas - Infra-estruturas de Portos**

No âmbito desta medida foram apresentadas e aprovadas 7 candidaturas, que permitiram atingir uma execução bastante elevada face aos seus recursos financeiros programados.

A taxa de execução teve um acréscimo significativo a partir de 2003, registando, no ano de 2008, 18,8% da sua dotação, o que permitiu atingir 109,2% do fundo total programado no final desse ano. Em dois projectos parte do financiamento aprovado ficou condicionado à disponibilidade orçamental do Programa. Como a execução global do FEDER do Eixo III ficou aquém da sua programação foi possível acolher essa despesa.

**Quadro 2.95 Medida III.15 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	12.103.294	12.103.294	9.077.473	10.939.851	10.939.851	8.204.888	90,4
2008				2.273.412	2.273.412	1.705.059	
<b>2000-2008</b>	<b>12.103.294</b>	<b>12.103.294</b>	<b>9.077.473</b>	<b>13.213.263</b>	<b>13.213.263</b>	<b>9.909.947</b>	<b>109,2</b>

**Quadro 2.96 Medida III.15 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Projectos de beneficiação ou construção em portos de pesca	n.º	2	5	7	5	140,0

As 7 intervenções beneficiaram os principais núcleos piscatórios da Região Centro, de Murtosa, Ílhavo, Mira e Figueira da Foz.

**Medida III.16- Pescas: Equipamentos de Transformação**

Na sequência de acções de divulgação desencadeadas e intensificadas em 2005 foi possível garantir em 2006 aprovações de projectos que comprometem a totalidade da verba da medida.

Das 35 candidaturas apresentadas foram aprovadas 26. Destes projectos, 4 vieram a ser cancelados por não terem apresentado qualquer despesa elegível.



Durante o ano de 2008 foi validada despesa correspondente a 13,5% da sua dotação, permitindo que no final de 2008 os 22 projectos tenham absorvido 94,6% do Fundo programado. A despesa imputada ao ano de 2009, foi executada em 2008 e paga pelo organismo intermédio no início de 2009.

**Quadro 2.97 Medida III.16 Programação e execução a 31-12-2008**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2007	2.198.350	2.049.320	1.537.000	1.703.698	1.543.669	1.245.767	81,1
2008				426.732	377.395	208.432	
<b>2000-2008</b>	<b>2.198.350</b>	<b>2.049.320</b>	<b>1.537.000</b>	<b>2.130.430</b>	<b>1.921.064</b>	<b>1.454.200</b>	<b>94,6</b>

**Quadro 2.98 Medida III.16 Indicadores de realização a 31-12-2008**

Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2008
			2000-2007	2000-2008		
Projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca e da aquicultura	n.º	0	9	9	9	100,0
Projectos colectivos de apoio à aquicultura	n.º	0	2	3	2	150,0
Projectos de equipamentos de portos de pesca	n.º	0	5	10	5	200,0

As intervenções desta medida, complementares nos seus objectivos aos da medida 3.15, para além das intervenções em portos de pesca, equipamentos, apoiou projectos para a promoção do desenvolvimento qualidade e normalização dos produtos da pesca e projectos colectivos de apoio à aquicultura. Em todos os indicadores previstos o número de projectos executados atinge ou ultrapassa a meta prevista.



### 3. Execução Financeira do Programa Operacional

#### 3.1. Execução do Plano de Financiamento

A dotação do programa no final de 2008, conforme Decisão n.º C(2008) 7293 de 24/11/2008, é de 1.775,8 milhões de euros de fundo e encontra-se distribuída por Fundo de acordo com o quadro seguinte.

No seu conjunto, atingiu-se no final de 2008 uma taxa de execução em termos de custo total, despesa pública e de Fundos, de 102,2%, 102,5% e 99,2%, respectivamente.

**Quadro 3.1 PO Centro - Programação e execução por Fundo - situação a 31-12-2008**

Unidade: euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2007	2.177.048.196	2.152.203.526	1.362.255.367	1.884.462.702	1.850.697.346	1.129.395.172	82,9
	2008				399.800.542	395.070.585	242.417.990	
	2000-2008	2.177.048.196	2.152.203.526	1.362.255.367	2.284.263.243	2.245.767.930	1.371.813.162	100,7
FSE	2000-2007	382.571.629	363.122.350	227.911.705	364.926.653	332.017.105	206.851.101	90,8
	2008				37.590.336	34.236.815	22.318.042	
	2000-2008	382.571.629	363.122.350	227.911.705	402.516.989	366.253.920	229.169.143	100,6
FEOGA	2000-2007	360.100.607	253.276.134	184.121.094	267.394.944	201.441.543	141.722.363	77,0
	2008				29.209.309	25.702.877	17.404.054	
	2000-2008	360.100.607	253.276.134	184.121.094	296.604.254	227.144.420	159.126.417	86,4
IFOP	2000-2007	2.198.350	2.049.320	1.537.000	1.703.698	1.543.669	1.245.767	81,1
	2008				426.732	377.395	208.432	
	2000-2008	2.198.350	2.049.320	1.537.000	2.130.430	1.921.064	1.454.200	94,6
Total PO	2000-2007	2.921.918.782	2.770.651.330	1.775.825.166	2.518.487.997	2.385.699.663	1.479.214.403	83,3
	2008				467.026.919	455.387.672	282.348.518	
	2000-2008	2.921.918.782	2.770.651.330	1.775.825.166	2.985.514.916	2.841.087.334	1.761.562.922	99,2

O grau de absorção de cada um dos fundos, no final de 2008, é distinto. De facto, no FEDER e FSE foi possível ultrapassar a dotação do programa e constituir um “*overbooking*” de execução, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento. Nestes fundos toda a despesa foi realizada pelos beneficiários finais até ao fim de 2008. A despesa imputada ao ano de 2009, nestes fundos, é residual e decorre de três aspectos: limitações do seu registo em Sistema de Informação no ano de 2008, ano de realização efectiva dessa despesa (FSE);



despesa efectuada em 2008 e paga pelos organismos intermédios naquele ano (FEDER); anulação de despesa decorrente de processos de auditoria (FEDER e FSE).

No caso do FEOGA é de realçar a baixa execução no final de 2008, 86,4% do fundo programado, o que levou à necessidade de aprovar novas candidaturas, 137 na medida 3.14, da iniciativa dos municípios. Estas aprovações só vieram a ter consequências financeiras de execução no ano de 2009.

O IFOP realizou a quase totalidade da sua dotação até final de 2008, atingindo uma despesa validada de 94,6% no final desse período. A parte restante, embora executada pelos executores dos projectos em 2008 foi imputada ao ano de 2009, ano de pagamento da ajuda.

De realçar, também o equilíbrio da execução de cada eixo prioritário para o total dos fundos, com 101,6%, 98,5% e 97,9 da dotação do Eixo I, II e III, respectivamente. Ao nível de cada um dos Fundos e Eixos a situação é distinta. No caso do FEDER, foram os Eixos II e I que contribuíram para o “*overbooking*”, com 103,8 e 101,8 % de execução.

No FSE foi o Eixo III que contribuiu para ultrapassar a dotação deste fundo.

### Quadro 3.2 PO Centro - Programação e execução por Eixo e Fundo, situação a 31-12-2008

Unidade: euros

Fundo	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
FEDER	816.517.342	573.189.667	882.829.333	583.343.849	101,8
FSE	30.642.831	22.982.184	29.546.531	22.159.899	96,4
<b>Total Eixo I</b>	<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>912.375.864</b>	<b>605.503.747</b>	<b>101,6</b>
FEDER	233.821.772	164.312.623	245.931.937	170.580.072	103,8
FSE	20.969.832	15.727.383	16.434.452	12.325.839	78,4
FEOGA	37.480.900	25.339.937	29.449.116	19.473.769	76,9
<b>Total Eixo II</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>291.815.505</b>	<b>202.379.681</b>	<b>98,5</b>
FEDER	1.101.864.412	624.753.077	1.117.006.660	617.889.241	98,9
FSE	311.509.687	189.202.138	320.272.936	194.683.405	102,9
FEOGA	215.795.234	158.781.157	197.695.305	139.652.647	88,0
IFOP	2.049.320	1.537.000	1.921.064	1.454.200	94,6
<b>Total Eixo III</b>	<b>1.631.218.653</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.636.895.965</b>	<b>953.679.493</b>	<b>97,9</b>
FEDER	2.152.203.526	1.362.255.367	2.245.767.930	1.371.813.162	100,7
FSE	363.122.350	227.911.705	366.253.920	229.169.143	100,6
FEOGA	253.276.134	184.121.094	227.144.420	159.126.417	86,4
IFOP	2.049.320	1.537.000	1.921.064	1.454.200	94,6
<b>Total PO</b>	<b>2.770.651.330</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>2.841.087.334</b>	<b>1.761.562.922</b>	<b>99,2</b>

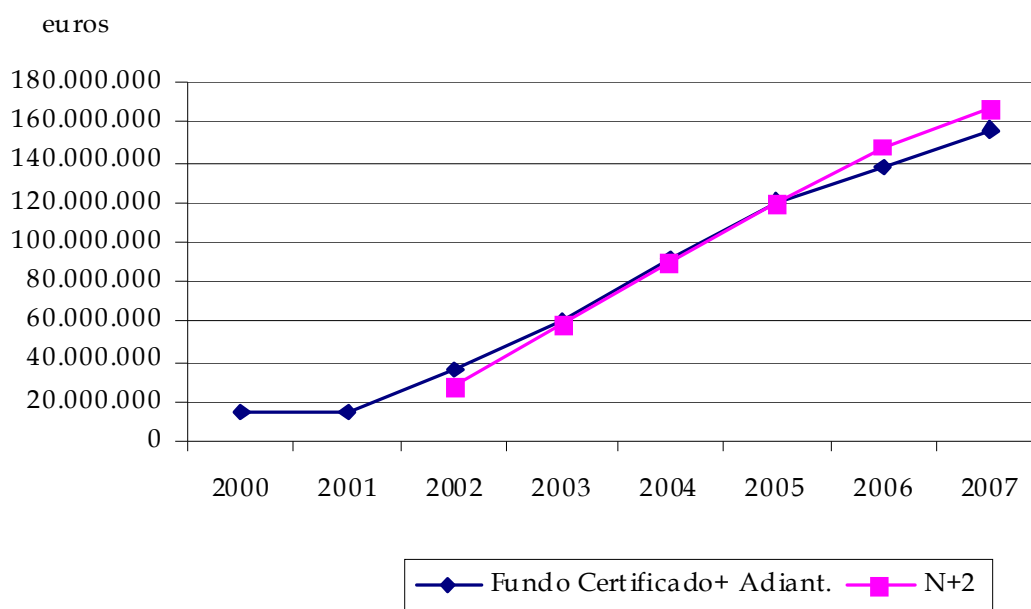
Só o FEOGA registou anulações automáticas pelo não cumprimento da regra n+2, nos anos de 2006 e 2007. O valor total da anulação automática foi de 19,6 milhões de euros. A última





anulação, no valor de 10.611.623 euros, foi traduzida na Decisão n.º C(2008) 7293 de 24/11/2008. Esta situação resulta, fundamentalmente, das opções nacionais relativas à aprovação de projectos, do processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC), do processo decorrente da reestruturação do MADRP e do comportamento dos beneficiários dos projectos que, percepcionando as dificuldades orçamentais e consequente deslizamento no tempo de reembolso das ajudas, ajustaram, a execução e a apresentação da despesa a essa realidade. Tratou-se de uma situação transversal aos Programas do QCA III com intervenção FEOGA.

### PO Centro (FEOGA) - Cumprimento da Regra n+2



## Quadro 3.3 PO Centro: Síntese da execução por Medida (situação a 31-12-2008)

Unidade: euros

Medidas	Programado	Fundo executado			% do total programado		
		31-12-2007	2008	31-12-2008	31-12-2007	2008	31-12-2008
<b>PO TOTAL</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>1.479.214.403</b>	<b>282.348.518</b>	<b>1.761.562.922</b>	<b>83,3</b>	<b>15,9</b>	<b>99,2</b>
<b>EIXO 1</b>	<b>596.171.851</b>	<b>548.420.436</b>	<b>57.083.312</b>	<b>605.503.747</b>	<b>92,0</b>	<b>9,6</b>	<b>101,6</b>
1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	198.168.635	188.568.251	36.187.888	224.756.139	95,2	18,3	113,4
1.2 - Ambiente e recursos naturais	121.651.648	118.140.937	1.766.093	119.907.030	97,1	1,5	98,6
1.3 - Acessibilidades	87.588.911	83.099.557	2.117.273	85.216.830	94,9	2,4	97,3
1.4 - Qualif. dos a. Urbanos	49.562.908	44.213.915	2.519.442	46.733.357	89,2	5,1	94,3
1.5 - Apoio às act. Económicas	26.675.448	17.629.250	1.798.547	19.427.797	66,1	6,7	72,8
1.6 - Recursos humanos	22.982.184	17.888.906	4.270.993	22.159.899	77,8	18,6	96,4
1.7 - Valorização Territorial	53.922.973	49.825.902	3.899.296	53.725.198	92,4	7,2	99,6
1.8 - Bonif. de Juros	4.619.144	1.866.418	1.782.890	3.649.308	40,4	38,6	79,0
1.9 - Saneamento Básico	31.000.000	27.187.300	2.740.890	29.928.190	87,7	8,8	96,5
<b>EIXO 2</b>	<b>205.379.943</b>	<b>154.424.355</b>	<b>47.955.326</b>	<b>202.379.681</b>	<b>75,2</b>	<b>23,3</b>	<b>98,5</b>
2.1 - Cidades	62.104.647	44.087.035	21.840.872	65.927.907	71,0	35,2	106,2
2.3 - AIBT Dinamização das Aldeias	17.675.724	16.273.193	2.187.799	18.460.992	92,1	12,4	104,4
2.4 - AIBT Turismo e Pat.no Vale do Côa	44.185.001	31.731.163	12.910.268	44.641.432	71,8	29,2	101,0
2.5 - AIBT da Serra da Estrela	22.092.600	20.394.318	2.554.162	22.948.480	92,3	11,6	103,9
2.6 - AIBT Pinhal Interior (FEDER)	18.254.651	15.221.884	3.379.378	18.601.262	83,4	18,5	101,9
2.7 - AIBT Pinhal Interior (FEOGA)	25.339.937	15.370.202	4.103.567	19.473.769	60,7	16,2	76,9
2.8 - Des. rec. Humanos	15.727.383	11.346.559	979.280	12.325.839	72,1	6,2	78,4
<b>EIXO 3</b>	<b>974.273.372</b>	<b>776.369.613</b>	<b>177.309.880</b>	<b>953.679.493</b>	<b>79,7</b>	<b>18,2</b>	<b>97,9</b>
3.1 -Educação- FEDER	81.567.997	72.585.654	12.067.482	84.653.136	89,0	14,8	103,8
3.2 - Educação - Ensino profissional	66.127.063	65.321.352	-2.670	65.318.682	98,8	0,0	98,8
3.3 -Emprego	118.161.867	109.835.247	15.848.362	125.683.609	93,0	13,4	106,4
3.4 - Apoio ao Investimento	11.233.225	11.274.583	316.114	11.590.697	100,4	2,8	103,2
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	9.692.636	2.281.906	5.979.088	8.260.994	23,5	61,7	85,2
3.6 - Sociedade da Informação (FEDER)	22.783.000	7.335.138	18.061.841	25.396.980	32,2	79,3	111,5
3.7 - S. da Informação (FSE)	2.676.000	665.344	975.342	1.640.685	24,9	36,4	61,3
3.8 -Saúde	61.417.000	46.009.323	12.314.098	58.323.420	74,9	20,0	95,0
3.9 - Cultura	7.411.192	6.647.120	1.032.065	7.679.184	89,7	13,9	103,6
3.10 - Desporto	35.749.998	31.510.271	4.062.088	35.572.359	88,1	11,4	99,5
3.11 - Economia	117.286.337	84.699.296	24.424.836	109.124.132	72,2	20,8	93,0
3.12 - Acessibilidades e Transportes	216.944.990	162.359.188	55.620.129	217.979.317	74,8	25,6	100,5
3.13 - Ambiente	40.909.351	30.392.363	9.510.340	39.902.704	74,3	23,2	97,5
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	155.156.157	123.411.002	13.277.028	136.688.030	79,5	8,6	88,1
3.15 - Pescas- FEDER	9.077.473	8.204.888	1.705.059	9.909.947	90,4	18,8	109,2
3.16 - Pescas:IFOP	1.537.000	1.245.767	208.432	1.454.200	81,1	13,6	94,6
3.17 - Assistência Técnica FEDER	10.679.878	7.856.318	1.640.052	9.496.370	73,6	15,4	88,9
3.18- Assistência Técnica FSE	2.237.208	1.793.693	246.736	2.040.428	80,2	11,0	91,2
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	3.625.000	2.941.158	23.459	2.964.617	81,1	0,6	81,8



No quadro anterior são apresentadas as taxas de execução de cada uma das medidas no final de 2007 e no final de 2008.

No caso do FEDER a maioria das medidas com taxas reduzidas de execução no final de 2007 conseguiram recuperar, ficando todas acima dos 80% de execução, com excepção das medidas 1.5- Apoio às actividades económicas e 1.8 - Bonificação de juros que ficaram pelos 73% e 79% de fundo executado.

No caso do FSE, com um bom nível de absorção no final de 2007, foi a medida do III.7 que apresentou um pior desempenho. Todas as medidas ficaram abaixo da sua dotação, com excepção da Medida 3.3 - Emprego e Empregabilidade ao nível Local, que conseguiu absorver as verbas não executadas nas restantes do Programa.

No FEOGA apesar da recuperação da medida 2.7 - AIBT do Pinhal Interior, a mesma ficou com uma execução inferior a 80% da sua dotação, no final de 2008.



### 3.2. Execução por domínio de intervenção

Uma breve análise da ventilação da execução por domínios de intervenção, permite-nos concluir que esta se concentra em sete principais sectores, representando mais de 80% do investimento total realizado.

**Quadro 3.4 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção, situação a 31-12-2008**

Domínios	Programação			Execução 2000-2008		
	Despesa .Pública	Fundo	% DP	Despesa .Pública	Fundo	%DP
11- Agricultura	84.384.760	62.062.463	3,0	54.499.517	38.279.755	1,9
12- Silvicultura	70.628.012	52.051.431	2,5	30.740.438	19.637.602	1,1
13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	148.344.293	105.188.859	5,4	196.688.353	138.971.304	6,9
14 - Pescas	2.049.320	1.537.000	0,1	1.921.064	1.454.200	0,1
16- Ajudas às PME e ao artesanato	80.259.482	46.459.419	2,9	44.613.967	28.638.704	1,6
17- Turismo	126.072.968	83.274.556	4,6	109.513.979	74.817.046	3,9
18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI)	51.877.527	29.262.995	1,9	60.946.978	34.835.167	2,1
21 - Políticas activas do mercado de trabalho	107.763.465	67.352.264	3,9	95.814.447	59.883.682	3,4
23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico	214.684.510	130.725.976	7,7	248.424.123	153.278.508	8,7
24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.	17.399.811	12.655.243	0,6	4.284.308	2.971.245	0,2
31 - Infra-estruturas de transportes	625.378.578	375.471.701	22,6	667.902.397	393.530.730	23,5
32- Infraes-estruturas de telecomunicações e s. da informação	33.052.035	23.136.514	1,2	36.919.632	25.887.710	1,3
33 - Infra-estruturas no domínio das energias	149.788.079	69.198.939	5,4	173.069.049	68.418.468	6,1
34 - Infra-estruturas ambientais	236.262.772	174.758.051	8,5	259.727.725	173.486.153	9,1
35 - Ordenamento e requalificação	443.523.472	304.626.987	16,0	445.219.382	294.344.966	15,7
36 - Infraestruturas sociais e da saúde	356.755.904	221.520.682	12,9	391.116.658	238.626.265	13,8
41 - Assistência Técnica	22.426.340	16.542.086	0,8	19.685.318	14.501.416	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>2.770.651.330</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>100,0</b>	<b>2.841.087.334</b>	<b>1.761.562.922</b>	<b>100,0</b>

A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (23,5% do investimento apoiado pelo programa) e do ambiente (9,1%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (13,8%), que, associados às intervenções no domínio do ordenamento e requalificação urbana (15,7%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;



- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (6,1%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (3,4%) e da educação e da formação (8,7%).



### 3.3. Despesa certificada, transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia, permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer a 31-12-0008 são os seguintes:

**Quadro 3.5 Despesa Certificada e Pagamentos da CE, situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Fundo	Dotação	Adiantamento	Pedidos Intermédios	Adiantamento + P.I. (% da dotação)	Pagamentos CE	% Pag/Dotação	Por satisfazer PI
FEDER	1.362.255.367	90.279.350	1.204.285.591	95,0	1.280.651.786	94,0	13.913.155
FSE	227.911.705	14.922.320	213.026.816	100,0	216.516.119	95,0	11.433.017
FEOGA	184.121.094	14.432.670	150.810.644	89,7	160.836.823	87,4	4.406.491
IFOP	1.537.000	107.590	1.349.345	94,8	1.450.481	94,4	6.454
<b>Total</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>119.741.930</b>	<b>1.569.472.395</b>	<b>95,1</b>	<b>1.659.455.209</b>	<b>93,4</b>	<b>29.759.116</b>

Como se pode verificar no quadro anterior, no FSE, os valores dos Pedidos de pagamento Intermédios acrescidos do pagamento por conta já ultrapassam a respectiva dotação global. Neste caso a suspensão da transferência dos montantes por satisfazer deve-se ao facto de se ter atingido os 95% da dotação do PO (incluindo o adiantamento).

Nos restantes casos, os PI apresentados no final de 2008 foram satisfeitos no início de 2009.

As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizadas no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

**Quadro 3.6 Transferências e Pagamentos, situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Fundo	Transferências das Autoridades de Pagamento	Pagamentos aos Beneficiários			
		Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
FEDER	1.310.862.876	571.114.348	160.358.352	571.441.371	1.302.914.071
FSE	216.516.120	22.114.456	12.349.060	176.200.397	210.663.912
FEOGA (*)	160.836.823		19.508.469	140.622.006	160.130.475
IFOP (*)	1.450.481			1.455.853	1.455.853
<b>Total</b>	<b>1.689.666.300</b>	<b>593.228.803</b>	<b>192.215.881</b>	<b>889.719.626</b>	<b>1.675.164.310</b>

(\*) - Transferências da CE para o IFAP, Autoridade de Pagamento e Organismo Intermédio para efeitos de pagamento das ajudas



Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais, nos termos da legislação em vigor.

No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

No caso do FEDER a transferência de montantes da Autoridade de Pagamento, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) é superior ao montante reembolsado pelo Orçamento comunitário. Foram disponibilizados adiantamentos do Orçamento do Estado português para permitir completar os apoios FEDER atribuídos aos beneficiários finais no âmbito do Programa.

O valor dos pagamentos FSE correspondem aos montantes líquidos pagos, ou seja, foram deduzidas as recuperações já efectuadas quer pela Autoridade de Gestão, por compensação noutros projectos dos mesmos beneficiários, quer pelo IGFSE.

Por último importa referir que os montantes pagos pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) são superiores aos montantes das transferências IFOP efectuadas pela Comissão Europeia, tendo esses pagamentos sido suportados pelo Orçamento do Estado Português.







#### **4. Resultados e financiamento dos grandes projectos**

Dos projectos previstos com um investimento elegível superior a 50 milhões de Euros, um na Medida de Acessibilidades e Transportes e outro na Medida Economia, foi aprovado o desta última “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”.

O outro grande projecto da medida 3.11 – Economia, “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”, integra-se no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constitui um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e 1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural prevista inicialmente é da ordem dos  $140 \times 10^6 \text{ m}^3$

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

À despesa validada até finais de 2008, no valor de 85.958.345,39 euros, 100% do valor aprovado, foi retirada a despesa considerada irregular, na sequência da decisão da DGREGIO no âmbito do Plano de Acção sobre contratação pública, 16.816.005,07 euros.

O projecto previa 4 cavidades com volume de, cerca de 1,2 milhões de  $\text{m}^3$  geométricos, com capacidade de armazenagem de 140 milhões de  $\text{m}^3$  de gás natural. No final de 2006 encontravam-se concluídas 3 cavidades com 1,131 milhões de  $\text{m}^3$  geométricos a que correspondem uma capacidade de 150 milhões de  $\text{m}^3$  de gás natural. Com a conclusão da quarta cavidade (550 mil  $\text{m}^3$  geométricos), a capacidade de armazenagem inicialmente prevista foi ultrapassada. Em 2008 com a conclusão da 4ª cavidade foi atingido o valor acumulado de 200 milhões  $\text{m}^3$  de gás armazenado.





## 5. Disposições adoptadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional

### 5.1 Acompanhamento, Controlo interno e sistema de informação

#### Autoridade de Gestão

De acordo com o Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, cabe às Unidades de Gestão dos Programas Operacionais emitir parecer sobre as propostas de decisão do Gestor relativas a candidaturas ao Programa.

Nesse sentido foram realizadas, até final de 2008, 247 reuniões deste órgão, conforme quadro seguinte.

**Quadro 5.1 Número de reuniões da Unidade de Gestão, por Eixo Prioritário,  
Situação a 31-12-2008**

Anos	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
2000	8	7	10	25
2001	10	18	24	52
2002	10	18	21	49
2003	5	14	10	29
2004	5	11	16	32
2005	6	13	8	27
2006	5	11	8	24
2007	4	2	1	7
2008	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>94</b>	<b>98</b>	<b>247</b>

Nestas reuniões e através de consultas escritas foram apreciadas 21.601 candidaturas, das quais 14.400 dizem respeito ao FEOGA.

**Quadro 5.2 Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão por Fundo,  
Situação a 31-12-2008**

Fundo	Nº de Candidaturas			
	Decididas	Situação no final do P.O.		
		Aprovadas	Indeferidas/arquivadas na fase de decisão	Canceladas (*)
<b>TOTAL</b>	21.601	16.334	4.241	1.026
<b>FEDER</b>	4.814	4.414	103	297
<b>FSE</b>	2.352	1.428	862	62
<b>FEOGA</b>	14.400	10.470	3.267	663
<b>IFOP</b>	35	22	9	4



Das candidaturas apreciadas 4.241 foram indeferidas ou arquivadas por não cumprirem as condições de elegibilidade ou não serem consideradas prioritárias.

O maior grau de selectividade foi registado nos projectos FSE, em grande parte pelo facto das candidaturas anuais ultrapassarem, em muito, a dotação financeira disponível, caso da medida 3.3.

### **Comissão de Acompanhamento**

No ano de 2008, para além da realização da 13ª reunião da Comissão de Acompanhamento, a 19 de Junho, onde foi aprovado o Relatório Anual de Execução de 2007, foram aprovadas várias alterações aos conteúdos das medidas, expressos no Complemento de Programação, e o Plano de Financiamento do Programa a sequência da anulação do montante 10.611.623 euros FEOGA.

#### *Consulta escrita efectuada em 20 de Maio de 2008*

Na sequência da comunicação efectuada pela Comissão Europeia, através da carta nº 1612, de 22-01-2008, relativa ao montante FEOGA a anular (10.611.623 euros), por não se ter atingido no final de 2007, em pagamentos por conta e em pedidos de pagamento, os montantes programados até final de 2005, foi revisto o plano de financiamento do Programa Operacional, fazendo incidir na medida 3.14 a quebra da dotação FEOGA.

Decorrente desta alteração tornou-se necessário proceder à adaptação do Complemento de Programação para que este reflectisse os novos montantes programados. Foi, ainda, alterada a tipologia dos beneficiários da Medida 3.12 – Acessibilidades e Transportes, no sentido de poder acolher projectos das autarquias que, sendo importantes para a melhoria das acessibilidades, permitiram colmatar quebras de execução em projectos aprovados.

#### *Consulta escrita efectuada em 20 Agosto de 2008*

Foi aprovada a alteração da tipologia de projectos e os objectivos da Medida III.1, no sentido de poder acolher projectos das autarquias no âmbito de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, permitindo colmatar quebras de execução em projectos aprovados.

#### *Consulta escrita efectuada em 1 de Outubro de 2008*

Na sequência da apreciação efectuada à evolução e desempenho do Programa Operacional da Região Centro, foi aprovada a alteração da tipologia de projectos da iniciativa dos



municípios na Medida 3.12, no sentido de acolher projectos de vias municipais que contribuindo para a melhoria da circulação rodoviária na rede concelhia permitiram colmatar quebras de execução em projectos aprovados.

*Consulta escrita efectuada em 9 de Dezembro de 2008 e 17 de Dezembro de 2008*

Na primeira consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento foram aprovadas alterações ao Complemento de Programação no sentido de identificar os beneficiários finais no caso das medidas em que existem organismos intermédios que atribuem as ajudas.

Na segunda Consulta escrita foi aprovada a alteração do Programa Operacional Centro, tendo em vista a prorrogação da data limite de elegibilidade das despesas, para 30 de Junho de 2009.

### **Alterações do Programa Operacional**

A alteração do Plano de Financiamento ocorrida no Programa, tal como referido anteriormente, decorre do não cumprimento da meta de execução nas medidas com participação do FEOGA, em termos de regra  $n+2$ , no ano de 2007. A diminuição do valor FEOGA teve incidência no Eixo III, em 10.611.623 euros. O novo plano financeiro foi aprovado através da decisão da Comissão Europeia n.º C(2008) 7293 de 24/11/2008.

No quadro do Plano de relançamento da economia europeia, apresentado pela Comissão Europeia e, especificamente, no contexto das medidas que decorrem da participação da Política de Coesão e dos Fundos Estruturais do período 2000-2006, a Comissão flexibilizou a data limite da elegibilidade das despesas, fixando como nova data limite 30 de Junho de 2009. Neste contexto foi aprovada em Comissão de Acompanhamento a alteração do Programa Operacional Centro, tendo em vista a prorrogação da data limite de elegibilidade das despesas. Esta alteração veio a ser objecto da Decisão n.º C(2009) 1116 final, de 18-02-2009.



## **Encontros anuais**

Em 19 de Novembro de 2008 realizou-se o 7º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão do QCAIII. Nesse Encontro Anual abordaram-se as questões relativas ao ponto de situação da execução dos Programas Operacionais, aos Sistemas de Informação dos vários Fundos, ao Encerramento dos Programas Operacionais e à auditoria e situação dos planos de acção.

## **Sistema de Informação**

No decurso da execução do PO Regional, verificou-se a utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de gestão e de pagamento dos Fundos (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP/IFDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).

Em termos do controlo de 1º nível, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspecção-Geral de Finanças, em *Access*, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.

## **5.2 Acções de controlo**

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.



A síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

### Formação

- . 7 de Março de 2008 - Três elementos da estrutura participaram num seminário sobre “Contratação Pública” – Auditório do CEFA;
- . 3 de Abril de 2008 - Três elementos da estrutura participaram num seminário sobre “O Novo Regime da Contratação Pública no Código dos Contratos Públicos” – Auditório dos HUC;
- . 26, 27 e 28 de Novembro, 4 e 5 de Dezembro de 2008 - Três elementos da estrutura participaram num seminário sobre “O Código dos Contratos Públicos” – Auditório da CCDR C.

### Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível

No exercício de 2008, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, DGDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria n.º 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 – AIBT do Pinhal Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O). A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

### Acompanhamento de auditorias externas

O exercício de 2008 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento:



### **Auditorias da Inspeção – Geral de Finanças**

- . Auditoria às Autoridades de Pagamento e Coordenadores do Controlo de 2º Nível – apreciação do projecto de decisão (Fevereiro de 2008);
- . Relatório Anual – vertente FEDER; FSE; FEOGA-O; IFOP - apreciação do Relatório Final (Março de 2008);
- . Controlo complementar por amostragem (3ª Amostra) - Artigo 16º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março – vertente FEDER e FSE – apreciação do Relatório Final (Março de 2008);
- . Auditoria às Autoridades de Pagamento e Organismos do Controlo de 2º Nível – vertente FEDER; FSE; FEOGA-O; IFOP – apreciação do Relatório Final (Março de 2008);
- . Regularização Financeira na Sequência de acções de controlo da IGF – vertente FSE – apreciação do Relatório Final (Abril de 2008);
- . Auditoria de follow-up das recomendações e propostas formuladas em anteriores acções de controlo - actualização do cumprimento das recomendações – vertente de FEDER – apreciação do Relatório Final (Junho de 2008);
- . Actualização e Monitorização da informação sobre controlos - Sistema SIGIFE (Junho de 2008);
- . Actualização e Monitorização da informação sobre controlos - Sistema SIFIGE – vertente FEDER; FSE; FEOGA-O; IFOP (Setembro de 2008)

### **Auditorias do Tribunal de Contas Europeu**

- . Auditoria à eficácia das estações de tratamento de águas residuais co-financiadas durante o período do QCA II e QCA III – vertente FEDER e FC – apreciação do projecto de decisão (Janeiro de 2008);
- . Auditoria à eficácia das estações de tratamento de águas residuais co-financiadas durante o período do QCA II e QCA III – vertente FEDER e FC – apreciação do Relatório Final (Julho de 2008);





### **Auditorias da Comissão Europeia**

- Auditoria da DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades – vertente FSE - Missão Comunitária A-REP 599 de 14 de Abril a 17 de Julho de 2008;

### **Auditorias do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu**

- Auditoria de Certificação de Despesa com o objectivo de preparar o encerramento do PO Centro (Março de 2008);
- Relatório Preliminar de Encerramento do Programa Operacional da Região Centro no âmbito do QCAIII (Dezembro de 2008);

### **Auditorias da IGAP – Inspeção – Geral da Agricultura e Pescas**

- Auditoria às despesas FEOGA-O Missão de Auditoria relativa ao PO Centro 2000-2006 – apreciação do projecto de decisão (Fevereiro de 2008);
- Auditoria a Beneficiários no Âmbito da Sub-acção 6.1, "Caminhos Agrícolas e Rurais", da medida AGRIS do POR Centro do QCA III – vertente FEOGA – O – apreciação do projecto de decisão (Agosto de 2008).

### **Auditorias do Instituto de Financiamento do Desenvolvimento Regional**

- Acção de Controlo conjunta IGF e IFDR no âmbito dos artigos 9º e 10º do Regulamento (CE) N.º438/2001 da Comissão Europeia – vertente FEDER – apreciação do Relatório Final (Junho de 2008);
- Acção de "follow-up" sobre a implementação das recomendações, bem como a verificação das correcções financeiras erros detectados na sequência da acção de controlo específica para a verificação dos procedimentos adoptados pelas Autoridades de Gestão a título do artigo 4º do Regulamento (CE) n.º438/2002 de 2 Março e do artigo 4º do Regulamento (CE) n.º 1386/2002 de 29 de Julho, em matéria de contratação pública – vertente FEDER – apreciação do Relatório Final (Dezembro de 2008);



**Controlos por amostragem da despesa****EAT de Controlo de 1º Nível**

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2008.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram efectuadas 237 acções de controlo, abrangendo as acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FEDER, denúncias recebidas e solicitações da gestão, envolvendo a verificação de despesa no montante de 189.869.440,00 € e 5.282.478,00 € de correcções financeiras.

**Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 31-12-2008**

Unidade: euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2008	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>			
I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais	31	18.542.026,00	388.133,00
I.2 - Ambiente e Recursos Naturais	22	14.565.927,00	75.296,00
I.3 - Acessibilidades	15	10.338.320,00	699.571,00
I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos	8	5.701.818,00	181.780,00
I.5 - Apoio às activ económicas	15	6.315.714,00	1.898.717,00
I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	8	10.242.243,00	183.286,00
I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	9	286.502,00	0
I.9 - Saneamento	4	3.953.987,00	35.902,00
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>112</b>	<b>69.946.537,00</b>	<b>3.462.685,00</b>

**Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 31-12-2008 (continuação)**

Unidade: euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2008	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>			
II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades	4	8.433.433,00	126.757,00
II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	14	2.859.279,00	105.131,00
II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa	8	4.068.365,00	92.117,00
II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela	9	4.198.345,00	75.236,00
II.6 - AIBT do Pinhal Interior	8	1.778.055,00	15.902,00
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>43</b>	<b>21.337.477,00</b>	<b>415.143,00</b>



**Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 31-12-2008 (continuação)**

Unidade: euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2008	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>			
III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	10	12.558.062,00	117.407,00
III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local	1	1.526.402,00	0
III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	2	177.310,00	0
III.6 - Sociedade de Informação	5	2.315.511,00	231.784,00
III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.)	9	7.618.229,00	261.514,00
III.9 - Cultura	7	2.129.768,00	273.357,00
III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	7	9.558.303,00	1.308,00
III.11 - Economia	5	32.702.327,00	0
III.12 - Acessibilidade e Transporte	12	23.627.367,00	0
III.13 - Ambiente	13	3.316.780,00	519.280,00
III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos	3	1.252.781,00	0
III.17 - Assistência Técnica ( FEDER )	8	1.802.586,00	0
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>82</b>	<b>98.585.426,00</b>	<b>1.404.650,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>237</b>	<b>189.869.440,00</b>	<b>5.282.478,00</b>

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuadas 147 acções de controlo abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FSE, denúncias recebidas e solicitações da gestão, que envolveram despesa verificada no montante de 49.932.050,58 € e correcções financeiras no montante de 216.119,92 €.

**Quadro 5.4 Despesa FSE verificada, situação a 31-12-2008**

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 31 de Dezembro de 2008	Correcção financeira FSE + OSS
<b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>			
I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	24	2.250.692,87	44.003,82
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>24</b>	<b>2.250.692,87</b>	<b>44.003,82</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>			
II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	11	2.043.946,44	43.887,10
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>11</b>	<b>2.043.946,44</b>	<b>43.887,10</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>			
III.2 - Educação - ensino profissional	37	25.782.050,99	78.355,81
III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local	69	19.354.988,21	49.873,19
III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital	1	14.716,41	0
III.18 - Assistência Técnica - FSE	5	485.655,66	0
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>112</b>	<b>45.637.411,27</b>	<b>128.229,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>147</b>	<b>49.932.050,58</b>	<b>216.119,92</b>



Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuadas 121 acções de controlo abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FEOGA. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 20.474.933,00 € e correcções financeiras de 453.735,00 €.

#### Quadro 5.5 Despesa FEOGA verificada, situação a 31-12-2008

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada 31 de Dezembro 2008	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO II			
II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	25	4.301.966,00	282.158,00
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>25</b>	<b>4.301.966,00</b>	<b>282.158,00</b>
EIXO PRIORITÁRIO III			
III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	96	16.172.967,00	171.577,00
III.19 - Assistência Técnica (FEOGA)	0	0, 00	0
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>96</b>	<b>16.172.967,00</b>	<b>171.577,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>121</b>	<b>20.474.933,00</b>	<b>453.735,00</b>

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 5 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 436.775,00 € e correcções financeiras de 875,00 €.

#### Quadro 5.6 Despesa IFOP verificada, situação a 31-12-2008

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada 31 de Dezembro 2008	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO III			
III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação (IFOP)	5	436.775,00	875
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>5</b>	<b>436.775,00</b>	<b>875</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5</b>	<b>436.775,00</b>	<b>875</b>

#### Síntese da actividade de controlo

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa certificada e realizada a 31 de Dezembro de 2008.



**Quadro 5.7 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro, situação a 31-12-2008**

Euros

<b>Fundo</b>	<b>Investimento elegível realizado a 31-12-2008</b>	<b>Despesa verificada - EAT PO Centro</b>	<b>% Verificada</b>
FEDER	2.284.263.243,34	189.869.440,00	<b>8,31</b>
FSE	402.516.989,31	49.932.050,58	<b>12,4</b>
FEOGA-O	296.604.253,76	20.474.933,00	<b>6,9</b>
IFOP	2.130.429,58	436.775,00	<b>20,5</b>
<b>Total</b>	<b>2.975.104.915,05</b>	<b>260.713.198,58</b>	

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 8,3% tendo em conta a despesa certificada e realizada em 31-12-2008. Ao nível do fundo estrutural FSE, o rácio foi de 12,4%. Para o FEOGA-O e IFOP os rácios foram de 6,9% e 20,5%, respectivamente.

Desta forma é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.



### 5.3 Utilização da assistência técnica do Programa

Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico condicionaram a utilização prevista nas medidas de assistência técnica. Mesmo com a libertação de verbas destas medidas no âmbito da reprogramação do Programa Operacional ocorrida em 2006, a execução a 31-12-2008 ficou pelos 88% do fundo total programado. O montante realizado em 2008 corresponde a 11,5% da Dotação de Fundos.

Como a dotação prevista não foi totalmente utilizada, os meios libertos na Assistência Técnica foram absorvidos noutras medidas.

#### Quadro 5.8 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução a 31-12-2008

Unidade: Euros

MEDIDA		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
3.17	2000-2007	14.239.784	14.239.784	10.679.878	10.475.091	10.475.091	7.856.318	73,6
	2008				2.186.736	2.186.736	1.640.052	
	<b>2000-2008</b>	<b>14.239.784</b>	<b>14.239.784</b>	<b>10.679.878</b>	<b>12.661.827</b>	<b>12.661.827</b>	<b>9.496.370</b>	<b>88,9</b>
3.18	2000-2007	3.353.223	3.353.223	2.237.208	2.679.216	2.679.216	1.793.693	80,2
	2008				391.453	391.453	246.736	
	<b>2000-2008</b>	<b>3.353.223</b>	<b>3.353.223</b>	<b>2.237.208</b>	<b>3.070.669</b>	<b>3.070.669</b>	<b>2.040.428</b>	<b>91,2</b>
3.19	2000-2007	4.833.333	4.833.333	3.625.000	3.921.545	3.921.545	2.941.158	81,1
	2008				31.278	31.278	23.459	
	<b>2000-2008</b>	<b>4.833.333</b>	<b>4.833.333</b>	<b>3.625.000</b>	<b>3.952.823</b>	<b>3.952.823</b>	<b>2.964.617</b>	<b>81,8</b>
<b>Total assistência Técnica</b>	2000-2007	22.426.340	22.426.340	16.542.086	17.075.851	17.075.851	12.591.170	76,1
	2008				2.609.467	2.609.467	1.910.246	
	<b>2000-2008</b>	<b>22.426.340</b>	<b>22.426.340</b>	<b>16.542.086</b>	<b>19.685.318</b>	<b>19.685.318</b>	<b>14.501.416</b>	<b>87,7</b>

No total não foram utilizados, nestas medidas, 2 milhões de euros, cerca de 1,2 milhões FEDER, 600 mil euros FEOGA e 200 mil euros FSE:

As despesas certificadas no valor de 19.685.318 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafond” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação). Estas despesas repartem-se por tipologia de acordo com o quadro seguinte:



**Quadro 5.9 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa, situação a 31-12-2008**

Unidade: Euros

Medida	Tipo de despesa	Custo total prog.		Execução (Custo Total)		Fundo prog.		Execução (Fundo)	
		Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
3.17	<b>Total</b>	14.239.784	100	12.661.827	100	10.679.878	100	9.496.370	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	12.388.754	87	11.166.353	88	9.291.816	87	8.374.765	88
	Pessoal	8.355.084	59	8.646.325	68	6.266.313	59	6.484.744	68
	Outras	4.033.670	28	2.520.028	20	3.025.503	28	1.890.021	20
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.851.030	13	1.495.474	12	1.388.062	13	1.121.605	12
3.18	<b>Total</b>	3.353.223	100	3.070.669	100	2.237.208	100	2.040.428	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.006.014	90	2.887.691	94	1.982.756	90	1.909.338	94
	Pessoal	2.128.628	63	1.878.498	61	1.427.846	63	1.256.697	61
	Outras	877.386	26	1.009.193	33	554.910	26	652.641	33
	2. Despesas não sujeitas a plafond	347.209	10	182.978	6	254.452	10	131.090	6
3.19	<b>Total</b>	4.833.333	100	3.952.823	100	3.625.000	100	2.964.617	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.383.333	70	2.696.278	68	2.537.500	70	2.022.209	68
	Pessoal	725.000	15	474.852	12	543.750	15	356.139	12
	Outras	2.658.333	55	2.221.426	56	1.993.750	55	1.666.069	56
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.450.000	30	1.256.545	32	1.087.500	30	942.409	32
<b>Total</b>	<b>Total</b>	22.426.340	100	19.685.318	100	16.542.086	100	14.501.416	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	18.778.101	84	16.750.322	85	13.812.072	84	12.306.312	63
	Pessoal	11.208.712	50	10.999.676	56	8.237.909	50	8.097.581	41
	Outras	7.569.389	34	5.750.646	29	5.574.163	34	4.208.731	29
	2. Despesas não sujeitas a plafond	3.648.239	16	2.934.996	15	2.730.014	16	2.195.104	11



#### **5.4 Medidas adoptadas para assegurar a publicidade do Programa**

A estratégia de comunicação do Programa Operacional Regional do Centro (PO Centro) estruturou-se, ao longo de todo o período de programação, em três fases, cada uma das quais comportando vários tipos de acções.

Na primeira fase- *Lançamento e arranque do PO Centro (2000-2001)*- foi dada especial atenção à criação de mecanismos adequados para dar a conhecer o Programa Operacional a todos os potenciais beneficiários e ao público em geral, divulgando os seus objectivos estratégicos e as medidas que os integram e a assegurar a memorização pelo público da imagem de marca do PO-Centro com vista a facilitar a comunicação.

Numa fase -*2ª Fase: Execução e Post-Avaliação Intercalar (2002--2005)*- deu-se continuidade à divulgação do PO, apresentando resultados e alguns projectos de grande impacto ou que, pelo seu carácter inovador, tenham efeitos demonstradores.

Na 3ª Fase- *Encerramento e Avaliação de Resultados/Impactos (2006-2007)*- foi dado especial destaque à apresentação de resultados obtidos com a aplicação dos Fundos Estruturais na Região Centro no âmbito do Programa Operacional 2000-2006.

As acções de informação e publicidade do Programa Operacional Regional do Centro tiveram como principais objectivos:

- Informar a opinião pública sobre as oportunidades de financiamento oferecidas pelo PO Centro e sobre o papel desempenhado pelos Fundos Estruturais e pela UE, em colaboração com as autoridades nacionais, no apoio ao desenvolvimento regional e no reforço da coesão económica e social.
- Informar os operadores e portadores de projectos da Região Centro sobre as possibilidades de utilização dos Fundos Estruturais no âmbito do PO Centro.
- Mobilizar os beneficiários potenciais e finais para uma correcta utilização dos apoios comunitários disponibilizados pelo PO Centro, criando condições que assegurem o surgimento de projectos inovadores que contribuam para o desenvolvimento a longo prazo da Região Centro.
- Divulgar junto dos beneficiários potenciais e finais do PO Centro as informações necessárias ao acesso a co-financiamento comunitário: estrutura do PO, eixos prioritários e medidas, procedimentos de candidatura, elegibilidades, critérios de avaliação e mecanismos de selecção.





- Informar a opinião pública sobre a execução do PO Centro, garantindo a transparência na aplicação dos seus recursos financeiros.

A identificação das acções de informação e publicidade constam do corpo do Relatório Final.



### **5.5. Síntese dos problemas significativos e medidas adoptadas**

Tratando-se de um programa 4 Fundos, 3 Eixos Prioritários e 35 medidas, a resposta aos problemas encontrados, exigiu, da Autoridade de Gestão e de todas as outras entidades e estruturas ligadas à gestão e coordenação global do QCA III, uma atenção constante no sentido de resolver os principais obstáculos para a concretização dos objectivos e metas do Programa.

As questões fundamentais em matéria de problemas encontrados na gestão do Programa , durante o ano de 2008, estão relacionadas com a qualidade da despesa e com a utilização da dotação programada.

#### **Qualidade da despesa: Mercados Públicos**

Na sequência do 4º Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão, realizado a 27 de Janeiro de 2005, a Comissão Europeia informou que, durante a auditoria efectuada em Setembro/Outubro de 2004, relativa à verificação dos sistemas de gestão e controlo implementados para o período de programação 2000-2006, nomeadamente durante a verificação da qualidade dos controlos artigo 10º, em concreto sobre a aplicação das regras de mercados públicos, verificou que as Directivas Comunitárias não estavam a ser bem aplicadas, nomeadamente em três dos seus aspectos: “trabalhos a mais”, modificação do objecto físico da execução em relação aos trabalhos do concurso e da adjudicação e aplicação correcta dos dois subcritérios, de selecção dos concorrentes e de adjudicação. Neste contexto, foram adoptados procedimentos com a preocupação de dar evidência à verificação do cumprimento das Regras dos Mercados Públicos nas Medidas FEDER, segundo a seguinte metodologia:

1 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 1 de Janeiro de 2005 e até 31 de Dezembro de 2005.

Atendendo ao disposto no artigo 4º REG (CE) nº 438/2001, e no âmbito do estabelecido no artigo 29º do DL 54-A/2000 de 7/04, os sistemas de gestão e controlo, na instituição de regras de verificação dos procedimentos de contratação pública, recorreu-se a verificações não exaustivas, baseadas numa amostra de operações.

2 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 01 de Janeiro de 2006.



Verificação através de preenchimento pelo promotor de uma check-list preparada para o efeito, e simultaneamente preenchimento de outra check-list pela EAT do PO Centro.

Em 2008 a Comissão Europeia, através de carta da Direcção Geral de Política Regional, transmitiu às Autoridades nacionais a sua posição sobre a utilização dos contratos de aprovisionamento adjudicados pela Direcção Geral do Património, homologados através da Portaria n.º 161/1999, de 23 de Fevereiro. Esta Portaria estabelece as condições de fornecimento ao Estado Português de redes de comunicação de dados e serviços de suporte lógicos operativos e outros equipamentos de tecnologias de informação, exemplo de microcomputadores, periféricos, equipamento opcional, acessórios e consumíveis. De acordo com a referida Portaria, o contrato de aprovisionamento celebrado com os fornecedores era válido por um ano e poderia ser renovado até três anos, tendo-se verificado que o prazo foi ultrapassado. Neste contexto, a CE considerou todos os contratos celebrados ao abrigo do Acordo após 3 de Fevereiro de 2002 como irregulares, propondo uma correcção financeira de 5% à despesa declarada à CE relativa aos contratos adjudicados após 3 de Fevereiro de 2003 referente a valores superiores aos limiares das Directivas Comunitárias nesta matéria. Apesar da despesa do PO Centro naquelas condições ser diminuta, nos termos da comunicação e orientações estabelecidas pelo IFDR nesta matéria, identificou-se a despesa associada a esses contratos e anulou-se a despesa correspondente a 5% do valor certificado.

### Utilização da dotação financeira do Programa

Desde o início de 2008, que se passou a monitorizar de forma mais atenta o grau de realização de cada uma das medidas e a avaliação das acções necessárias a implementar para a absorção integral dos fundos programados.

No final de 2007, a taxa global de execução estava em 83%, com riscos de perda de verbas no caso do FEDER, FEOGA e IFOP.

	Taxa de execução 2006	Taxa de execução 2007
<b>PO TOTAL</b>	<b>74%</b>	<b>83%</b>
<b>FEDER</b>	<b>75%</b>	<b>83%</b>
<b>FSE</b>	<b>77%</b>	<b>91%</b>
<b>FEOGA-O</b>	<b>61%</b>	<b>73%</b>
<b>IFOP</b>	<b>71%</b>	<b>81%</b>



As medidas com comparticipação do FEDER, passaram, no seu conjunto de uma taxa de execução de 75% em 2006 para 83% da dotação em 2007. Os principais problemas de execução no final de 2007 concentravam-se nas Medidas do Eixo III, particularmente as medidas 3.5, 3.6, 3.11, 3.12 e 3.13. No Eixo II as medidas 2.1 e 2.4 eram as que apresentavam maiores problemas de execução.

De forma a garantir um maior nível de segurança na execução FEDER, durante o ano de 2008, foram desencadeadas medidas no sentido de incrementar o grau de *overbooking*, o que permitiu ultrapassar a situação de execução deste fundo.

No que respeita ao FEOGA com a quebra de execução ocorrida a partir do ano de 2006 não foi possível garantir o cumprimento da regra  $n+2$  em 2006 e 2007. Esta situação resultou, fundamentalmente, das opções nacionais relativas à aprovação de projectos, do processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC), do processo decorrente da reestruturação do MADRP e do comportamento dos beneficiários dos projectos que, percebendo as dificuldades orçamentais e consequente deslizamento no tempo de reembolso das ajudas, ajustaram, a execução e a apresentação da despesa a essa realidade.

A taxa de execução no final de 2007 punha em risco a absorção deste fundo. Foi com a publicação de legislação que permitiu a entrada de projectos de caminhos rurais, cuja contrapartida nacional é da responsabilidade das autarquias, com a aprovação de projectos dos municípios num valor significativo e com o prolongamento da elegibilidade das despesas para Junho de 2009, que a situação foi ultrapassada.



## 6. Medidas adoptadas para assegurar a compatibilidade das políticas comunitárias e a coordenação de conjunto

### 6.1. Igualdade de oportunidades

Dos projectos aprovados serão de realçar, pelo seu contributo na promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres:

- Infra-estruturas de apoio à infância, desportivos e de lazer, que possibilitarão uma maior libertação da mulher de tarefas domésticas relacionadas com os cuidados a prestar a familiares dependentes, contribuindo para terem maior disponibilidade para desenvolver outras actividades, particularmente o desempenho de profissão remunerada;
- Acções de formação e de criação de emprego para desempregados, onde as mulheres registaram o maior peso (66.0% do total);
- Investimentos em espaços rurais de modernização da pequena agricultura, espaços em processo de desertificação, onde as mulheres têm maior peso, assegurando por vezes o trabalho agrícola.

A distribuição global do número de beneficiários por género nas medidas 1.6; 2.8; 3.2 e 3.3 apresenta uma taxa ligeiramente superior para as mulheres. Numa análise medida a medida, verificamos que as medidas mais direccionadas para desempregados revelam taxas de participação superiores das mulheres, contribuindo assim de forma directa para a igualdade no acesso ao mercado de trabalho.

Medida	Pessoas/formandos abrangidos				total
	Homens	%	Mulheres	%	
1.6	49.575	53	44.015	47	93.590
2.8	2.710	38	4.398	62	7.108
3.2	14.041	56	11.248	44	25.289
3.3	17.593	34	34.542	66	52.135
<b>Total</b>	<b>83.919</b>	<b>47</b>	<b>94.203</b>	<b>53</b>	<b>178.122</b>



## 6.2. Concorrência – Regime de Ajudas

Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER – Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/2000); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
- Auxílios abrangidos pela regra “*minimis*” nas Medidas:
  - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
  - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa
  - 2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela
  - 2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)
  - 3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);
  - 3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e nas medidas III.3 e III.4 do Eixo III do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamentam a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunicava à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral. De facto, o controlo do limite de acumulação dos auxílios *minimis* foi atribuído à



Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, por Despacho governamental de 2002/09/11.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Estes apoios são geridos pelo IIEFP, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de minimis efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IIEFP, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II.

### **6.3. Respeito pela política agrícola comum.**

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC esteve enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Tenham assegurado, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris” – esta confirmação foi assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU.
- Ao apoios concedidos não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), com excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que eram apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.



#### **6.4. Mercados Públicos.**

A autoridade de gestão, no âmbito dos sistemas de gestão e controlo implementados na Intervenção Operacional do Centro, tem tido uma especial atenção quanto às despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos, nos termos previstos nos art.ºs 4.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março no âmbito dos Fundos e Instrumentos Financeiros Estruturais.

Estas matérias são enquadradas em sede de legislação nacional por:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/00, de 27 de Julho, relativos ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, relativo ao regime de realização de despesas públicas com locação, empreitadas de obras públicas, prestação de serviços e aquisição de bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis.
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, relativo à contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, energia, dos transportes e das telecomunicações.

Os citados regimes jurídicos decorrem da transposição de Directivas Comunitárias, no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos públicos - Directivas 93/37/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações da Directiva n.º 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Os processos de celebração dos contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações é regulada pela Directiva 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, alterada pela Directiva 98/4/CEE, de 16 de Fevereiro.

No ponto 5.5 descreveram-se os procedimentos da gestão nesta matéria tendo em vista intensificar e dar visibilidade aos procedimentos de verificação do cumprimento das regras contratação pública.





## **6.5. Protecção e Melhoria do Ambiente**

A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a avaliação de impacte ambiental, conforme Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado pelo 197/2005, de 8 de Novembro, e que transpõem para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março.

No caso do Grande Projecto de “Armazenagem de Gás foi constituída uma Comissão que acompanhou os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Mesmo após a aprovação dos projectos e sempre que exista algum problema no domínio do cumprimento das regras ambientais, a gestão do P. O. acciona as medidas correctivas adequadas.

Serão, ainda, de realçar as iniciativas apoiadas no âmbito da Medida 1.2 “Ambiente e recursos naturais”, da Medida 1.9 “Saneamento Básico” e da Medida 3.13 “Ambiente”, como as que maior impacto têm na melhoria das condições ambientais e na protecção e valorização das áreas de naturais de especial interesse.

Relativamente às iniciativas apoiadas no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente” com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000, serão de realçar os projectos plasmados no seguinte quadro:



**Projectos com maior incidência na protecção da Rede Natura 2000 e no Património Natural**

Designação do projecto	Custo total euros	Fundo Comunitário euros	Incidência na protecção	
			Património Natural	Rede Natura 2000
Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional	75.038	56.279	X	
Ecomuseu da Mata da Geria	74.902	56.177	X	
Percursos Pedestres - Animação Cultural e Turística	80.277	60.207	X	
Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS	253.654	190.241	X	
Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de r. e conservação	210.632	157.974	X	
CIA - Controlo de infestantes aquáticos	117.453	88.090	X	
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase	139.625	104.719		X
Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha	80.271	60.203		X
Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos	203.674	152.756		X
Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro	106.973	80.229		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase	96.534	72.400		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase	123.517	92.638		X
Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira	139.151	104.364		X
Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase	201.490	151.117		X
Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça	146.897	110.173		X
P. Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha	202.621	151.966		X
O. de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase	130.696	98.022		X
Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul	131.391	98.543		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra	162.280	121.710		X
Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul	141.837	106.378		X
Execução da Duna da Costa Nova Sul	139.569	104.677		X
Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase	157.200	117.900		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel	236.045	177.034		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo	375.980	281.985		X
R. e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães	242.303	181.727		X
Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova	127.875	95.906		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase	141.174	105.880		X
Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária	164.480	123.360		X
Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase	126.484	94.863		X
EcoMira1	280.612	210.459		X
BIORIA	169.725	127.294		X
R. e Q. Ambiental do Esp. Env.à Pateira de Fermentelos- Ois da Ribeira	460.724	345.543		X
Valorização e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente ICN)	0	0		X
Val. e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente CCDRC)	23.230	17.423		X
ECOMATUR - ecoturismo na Mata Nacional do Urso	155.617	93.370	X	
Reabilitação/Recuperação na Quinta da Paiva – 1ª Fase	219.660	131.796	X	
A. de Espaços Verdes e Ambientais na F. da Abrunheira – Rota das Fontes	212.751	127.651	X	
Parque Ecológico da Cerca - 2ª Fase	251.633	150.980	X	
Val. ambiental e gestão integrada dos r. naturais das margens das albufeiras de Cabril e Bouça	72.824	43.694	X	
Requalificação e valorização do património natural nas Freguesias de Pampilhosa, Vacariça e Luso	400.470	240.282	X	
Parque Botânico "Arbutus do Demo" - Jardins da Beira	367.427	220.456	X	
Defesa e Protecção Dunar na Praia da Vieira	146.216	109.662		X
Reconversão do Corredor Ferroviário - Ecopista	329.448	197.669	X	
R. do antigo c. de ferro da linha do Vale do Vouga para Percurso Pedonal/Ciclável	250.986	150.592	X	
<b>Total</b>	<b>7.871.347</b>	<b>5.564.388</b>		

